



21 DE SETEMBRO DE 2017

Quinta-feira

- NOVA LEI TRABALHISTA: TROCA DE ROUPA E LANCHE SERÃO DESCONTADOS DA JORNADA
- REFORMA TRABALHISTA PODE CRIAR DISTORÇÕES ENTRE TRABALHADORES
- TERCEIRIZAÇÃO VIRA ALVO DE BRIGA JUDICIAL
- MINISTRO DO TRABALHO E PROCURADOR-GERAL DO MPT DISCUTEM AÇÕES
- OS ESTADOS MAIS (E MENOS) COMPETITIVOS DO BRASIL
- ARTIGO: É PRECISO MODERNIZAR A LEI DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL
- EMPRESAS DE INFRAESTRUTURA DO BRASIL ESTENDEM TAPETE A INVESTIDOR CHINÊS
- INFRAESTRUTURA É PRINCIPAL DESAFIO E OPORTUNIDADE PARA RETOMADA
- EMPREGO NO PAÍS DEVE REGISTRAR MAIS UMA ALTA NESTA QUINTA
- APRENDER A "LINGUAGEM DAS MÁQUINAS" NÃO SERÁ GARANTIA DE EMPREGO NO FUTURO
- COMISSÃO FAZ MUDANÇAS NAS NORMAS REGULAMENTADORAS 12 E 22REFIS ENFRENTA IMPASSE ENTRE EQUIPE ECONÔMICA E CONGRESSO
- REFIS ENFRENTA IMPASSE ENTRE EQUIPE ECONÔMICA E CONGRESSO
- VOTAÇÃO DA MP DO REFIS DEVE OCORRER APENAS NO DIA 26, AFIRMA RELATOR
- FAZENDA MUDA REGRA PARA RECUPERAR DÍVIDA BILIONÁRIA DE EMPRESAS 'ZUMBIS'
- TEMER: GOVERNO RESGATOU CONFIANÇA QUE SE TRADUZ EM INVESTIMENTO E CONSUMO
- MEIRELLES DIZ QUE CRISE NÃO VAI ESPANTAR INVESTIDOR ESTRANGEIRO
- MEIRELLES DEFENDE DECISÃO RÁPIDA DA CÂMARA SOBRE DENÚNCIA CONTRA TEMER E VOTAÇÃO DA REFORMA DA PREVIDÊNCIA ESTE ANO
- REFORMA DA PREVIDÊNCIA PRECISA VOLTAR A ANDAR
- MANSUETO: DÍVIDA VAI CONTINUAR EM ELEVAÇÃO SEM A APROVAÇÃO DE REFORMAS
- INFLAÇÃO ATINGE NÍVEL DE PAÍS DESENVOLVIDO

- ARTIGO: IMPOSTO 'BOM' AJUDA ARRECAÇÃO DO GOVERNO
- 'VAMOS RODAR O MODELO', DIZ MANSUETO SOBRE POSSÍVEL MUDANÇA NA ESTIMATIVA DE PIB
- IPCA DE 2017 NO CENÁRIO DE MERCADO CAI DE 3,8% NA ATA PARA 3,2% NO RTI
- RECEITA: ARRECAÇÃO EM AGOSTO FOI PUXADA POR IRPJ, CSLL E PIS/COFINS
- ENTRADA DE DÓLARES SUPERA SAÍDA EM US\$ 6,295 BI NO ANO ATÉ 15 DE SETEMBRO, DIZ BC
- GREVE PARALISA OS CORREIOS EM 20 ESTADOS E NO DF, DIZ FEDERAÇÃO
- GOVERNO QUER PRIVATIZAR CORREIOS, DIZ MINISTRO
- EPE: INTENÇÃO É RELICITAR CONCESSÕES DA ABENGOA AINDA ESTE ANO
- SISTEMA DE BANDEIRAS TARIFÁRIAS PODERIA PASSAR POR APRIMORAMENTO, DIZ ONS
- GOVERNO FEDERAL DIZ QUE ESTUDA EXTINGUIR O HORÁRIO DE VERÃO; ENTENDA
- GRUPO QUER MAIS CARROS ELÉTRICOS NO PAÍS
- VÁRIOS SETORES APOSTAM NOS ELETROPOSTOS
- ATÉ 2030, CARROS A ENERGIA DEVEM SER 10% DA FROTA GLOBAL
- METALÚRGICOS REALIZAM PARALISAÇÕES DE ADVERTÊNCIA EM VÁRIAS FÁBRICAS DO ESTADO (PE)
- ROTA 2030 TRAZ MAIS DESAFIOS PARA A CADEIA DE AUTOPEÇAS
- THYSSENKRUPP E TATA STEEL FIRMAM JOINT VENTURE EM OPERAÇÕES DE AÇO

CÂMBIO EM 21/09/2017		
	Compra	Venda
Dólar	3,136	3,136
Euro	3,745	3,747

Fonte: Bacen

Nova lei trabalhista: troca de roupa e lanche serão descontados da jornada

21/09/2017 – Fonte: G1

A partir de novembro, só contará na jornada o tempo efetivamente trabalhado, e não mais a quantidade de horas que o funcionário passa dentro da empresa.

A nova lei trabalhista, que entra em vigor em novembro, muda o critério que define o horário de trabalho. Atualmente, o período que o empregado está dentro da empresa é considerado como tempo à disposição do empregador, independente do que estiver fazendo. Com a nova lei, os minutos que o funcionário gasta, por exemplo, para colocar o uniforme ou no cafezinho com os colegas serão descontados da sua jornada.

A lei diz que atividades realizadas dentro da empresa como descanso, estudo, alimentação, interação entre colegas, higiene pessoal, práticas religiosas e troca de uniforme não serão contabilizadas no horário de trabalho.

SAIBA MAIS SOBRE A NOVA LEI TRABALHISTA



Mayara Rodrigues, advogada do escritório Aith, Badari e Luchin Advogados, explica que o tempo gasto pelo empregado desde a residência até a efetiva ocupação do posto de trabalho e para o seu retorno, caminhando ou por qualquer meio de transporte, inclusive o fornecido pelo empregador, não será computado na jornada de trabalho.

No caso do uso de uniforme, Ruslan Stuchi, do escritório Stuchi Advogados, esclarece que caso haja a imposição de que a troca deva ser feita dentro da empresa, esse tempo deverá ser contabilizado dentro da jornada. Mas, caso não haja essa exigência, o tempo usado para a troca de roupa não contará como trabalhado.

De acordo com o advogado trabalhista Roberto Hadid, do escritório Yamazaki, Calazans e Vieira Dias Advogados, atualmente, a jornada engloba, por exemplo, o tempo que o empregado leva dentro do ônibus fornecido pela empresa e o lanche feito antes do início do expediente. "Tudo aquilo que é feito dentro ou em função da empresa se caracteriza como jornada de trabalho", explica.

Danilo Pieri Pereira, especialista em direito e processo do trabalho do escritório Baraldi Mélega Advogados, lembra que a Justiça trabalhista entende atualmente como tempo à disposição todo o período dentro da empresa, ainda que executando atividades particulares como estudos, lazer, descanso ou até aguardando a melhoria do trânsito nas grandes cidades antes de retornar para casa.

Hadid salienta que hoje não está especificado qual é a verdadeira jornada de trabalho e os intervalos. "Não tem como especificar horário de chegada, descanso, refeição", diz.

Veja a seguir o tira-dúvidas do G1 sobre mudanças no horário de trabalho:

Essa mudança precisará ser negociada em acordo coletivo ou entrará em vigor automaticamente?

Ruslan Stuchi diz que as novas regras valerão para todos os trabalhadores, ou seja, independem de negociação. Segundo ele, não haverá a necessidade de constar no contrato de trabalho.

De acordo com Pereira, algumas normas coletivas preveem que o tempo de deslocamento interno, troca de uniforme ou mesmo o tempo ocioso não são computados na jornada de trabalho. Entretanto, atualmente a Justiça do Trabalho tende a invalidar esse entendimento.

Ele ressalta que, com a nova lei, não serão considerados como horas extras, por exemplo, os momentos em que o empregado fica na empresa para esperar o trânsito diminuir ou a chuva passar. O mesmo vale para quaisquer atividades particulares feitas dentro da empresa.

“Outras hipóteses podem ser definidas em norma coletiva, integrando o contrato de trabalho”, afirma.

Segundo João Gabriel Lopes, sócio do Roberto Mauro, Mauro Menezes & Advogados, pelo texto atual, não há como negociar o tempo à disposição, salvo em circunstâncias excepcionais. E a nova lei trouxe um rol de atividades que não farão parte da jornada. No entanto, ele ressalta que sempre que o empregado estiver aguardando ordens do empregador, independente do que prevê a negociação coletiva, essas horas deverão ser pagas.

Com a nova lei, idas ao banheiro serão descontadas?

De acordo com os advogados, as idas ao banheiro continuam a fazer parte da jornada e não serão descontadas, por se tratarem de necessidades fisiológicas do ser humano.

Já o banho, segundo João Gabriel Lopes, por se enquadrar no caso de higiene pessoal, não entra na jornada de trabalho e, portanto, pode ser descontado.

No entanto, a exceção deverá ser feita para os casos em que o banho é obrigatório para início ou encerramento das atividades em razão da natureza delas, como trabalhadores expostos a substâncias tóxicas ou perigosas, de acordo com Lopes.

Como as empresas fazem o controle das atividades consideradas fora da jornada de trabalho?

De acordo com Danilo Pieri Pereira, o ideal é que o funcionário encerre suas atividades profissionais, batendo o cartão no final da jornada, e depois estará liberado para suas atividades particulares dentro da empresa.

Segundo Mayara Rodrigues, o controle dessas atividades será definido por cada empresa. Para João Gabriel Lopes, tudo deverá ser registrado. Caso não haja registro, prevalecerá a jornada suscitada pelo empregado.

Se eu sofrer um acidente no percurso da casa para o trabalho terei ainda os direitos assegurados?

O acidente de percurso é aquele que ocorre quando o trabalhador se desloca de sua casa até o local de trabalho e vice-versa, não importando o meio de transporte usado pelo trabalhador. O acidente de percurso prevê os mesmos direitos trabalhistas e previdenciários que o acidente de trabalho, ou seja, aquele ocorrido durante o expediente.

De acordo com a juíza do Trabalho Thereza Nahas, mesmo com a mudança, continuarão sendo previstos os direitos do trabalhador no caso do acidente de percurso. São eles: recebimento de auxílio-doença acidentário, auxílio-acidente, aposentadoria por invalidez e pensão por morte, dependendo das consequências do acidente, além de estabilidade no emprego por 12 meses após o término do auxílio-doença e reabilitação pessoal e profissional.

Reforma trabalhista pode criar distorções entre trabalhadores

21/09/2017 – Fonte: Tribuna PR

Com a entrada em vigor das novas regras trabalhistas, em novembro, especialistas em direito chamam atenção para possíveis distorções que podem surgir entre trabalhadores que exercem atividade semelhante, só que em cidades diferentes.

O carioca Alexandre Cavalcante Loyola, de 42 anos, trabalha como metalúrgico em uma fabricante de peças para carros e caminhões desde 1997. Sindicalizado desde o início da carreira, ele diz participar de todas as assembleias sindicais e avalia que

houve avanço na relação entre os empregados e as empresas, mas reconhece que a representatividade da categoria no Rio é mais fraca do que em polos tradicionais de montadoras, como a região do ABC.

“Sempre levamos desvantagem nas pautas que já podiam ser negociadas. Como é uma profissão em que o trabalhador se expõe a condições insalubres, a relação com as empresas nunca foi das mais tranquilas. Não é por acaso que grande parte da força do movimento sindical brasileiro surgiu nas fábricas de automóveis. Agora, com a aprovação da reforma, as desigualdades vão aumentar.”

As novas regras trabalhistas definem, entre outras questões, que o negociado passa a prevalecer sobre o legislado em 15 itens, que vão passar a ser definidos por meio dos sindicatos – como intervalo para almoço, enquadramento do grau de insalubridade e participação nos lucros e resultados da empresa.

“Nossa categoria pode perder tudo que conquistou, sobretudo em questões sérias, como os benefícios de insalubridade. Onde o sindicato é mais fraco, o trabalhador não vai ter condições de discutir. Por mais que a empresa seja qualificada, ela vai impor regras mais vantajosas para ela, se perceber que a categoria é menos organizada naquela região”, acredita Loyola.

A negociação sindical vale apenas para a base territorial que aquela associação representa – um sindicato dos trabalhadores de uma determinada categoria na região metropolitana de São Paulo já podia negociar benefícios específicos para os seus associados antes da aprovação da reforma trabalhista. O que a mudança na CLT fez foi ampliar as possibilidades do que pode ser negociado.

Flexibilização

Para entidades patronais, a mudança é vista como uma forma de flexibilização na relação entre empresa e trabalhador. Sindicatos dos empregados, no entanto, avaliam que as alterações também devem aumentar o número de distorções entre trabalhadores.

“É preciso levar em conta que os sindicatos mais experientes e combativos levam vantagem, agora que se ampliou o leque de discussão. Não dá para comparar as entidades de regiões em que as forças sindicais são mais combativas com aquelas que os próprios representados consideram inexpressivas. O poder de barganha vai ser menor”, diz Carla Romar, da PUC-SP.

Ela também lembra que a reforma trabalhista coloca que os itens que forem negociados pelos sindicatos não terão necessariamente uma contrapartida por parte do empregador. “Se um benefício é revisto e acordado pelo sindicato de forma que acabe sendo mais vantajoso para a empresa, ela não será obrigada a oferecer algo em troca.”

De acordo com o também especialista em direito do trabalho José Carlos Wahle, da Veirano Advogados, os itens que tendem a gerar mais controvérsia são as normas de insalubridade e de intervalo entre jornadas.

Ele avalia que as diferenças entre os acordos feitos pelos sindicatos não necessariamente devem ser ruins para o trabalhador.

“A tendência é que a maior parte dos acordos reflita uma alternativa aceitável para as duas partes. Um acordo de jornada de trabalho conquistado em São Paulo pode não ter importância para a categoria que trabalha no interior do Estado. Sindicatos mais fracos, por terem de atuar em mais discussões, podem até se fortalecer.”

Terceirização vira alvo de briga judicial

21/09/2017 – Fonte: Tribuna PR

As novas regras da legislação trabalhista começam a enfrentar os primeiros questionamentos na Justiça. Uma ação do Ministério Público do Trabalho pede R\$ 37,7 milhões de indenização a uma das maiores varejistas do Brasil, a Riachuelo, por terceirizar a produção com condições trabalhistas piores que as dos funcionários diretos da empresa. O Supremo Tribunal Federal (STF) também recebeu ação que questiona a constitucionalidade da terceirização em salões de beleza.

O primeiro grande questionamento à nova regra acontece no Rio Grande do Norte. Após fiscalização em mais de 50 pequenas confecções em 12 municípios do interior, o Ministério Público do Trabalho (MPT) pede indenização à Riachuelo alegando que os trabalhadores terceirizados “recebem menor remuneração e têm menos direitos” do que os contratados pela Guararapes, dona da marca.

Na ação, o Ministério Público acusa a varejista de uso deturpado das novas regras de terceirização. O argumento é que a cadeia de produção das roupas foi constituída de tal forma que as empresas funcionariam como “verdadeiras unidades de produção em estabelecimentos de terceiros”. Em 29 empresas vistoriadas, a Riachuelo era a única contratante dos serviços; em outras 14, a produção era dividida com outras marcas.

Bate-boca

O presidente da Riachuelo, Flávio Rocha, rechaça as acusações. O executivo diz que o piso salarial do setor tem como referência o salário mínimo e os valores são semelhantes na fábrica própria, nos arredores de Natal, e nas pequenas confecções terceirizadas.

Rocha tem disparado diretamente contra a procuradora Ileana Mousinho, responsável pela ação. “A iniciativa é toda dela. É uma coisa pessoal”, diz, ao citar “visão marxista” como razão para a suposta perseguição. Nas redes sociais, o empresário acusa a procuradora de “ódio” e diz que “todo o mal” que ela tem causado à companhia “recai sobre os trabalhadores”.

A Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho emitiu nota para defender a procuradora e ainda afirma que o empresário usa “mentiras e acusações levianas e irresponsáveis” ao tratar do caso. “São ataques pessoais dirigidos à procuradora”, cita a nota da entidade que qualifica a acusação como “despropositada e imprudente afirmação” de que a ação do MPT estaria causando desemprego no Rio Grande do Norte.

Salões

Outro questionamento à terceirização ocorre nos salões de beleza. Com as novas regras sancionadas pelo presidente Michel Temer na chamada lei do “salão parceiro”, donos de estabelecimentos poderão contratar serviços de profissionais como cabeleireiros e manicures que atuam como MEIs (microempreendedores individuais). O problema é que há casos crescentes de donos de salão que demitem empregados e os transformam em MEI.

“Donos de salões estão fazendo exigências a esses profissionais transformados em autônomos com cumprimento de horário. Legalmente, trata-se de um empreendedor parceiro, e não empregado com obrigações como horário”, diz a presidente do Sindicato dos Empregados em Institutos de Beleza e Cabeleireiros de São Paulo, Maria Mesquita Hellmeister.

O Sindebeleza faz parte da Ação Direta de Inconstitucionalidade impetrada no Supremo pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade

contra a regra. A acusação é que a medida é uma “pejotização” dos trabalhadores – transformação de empregados em pessoas jurídicas só para pagar menos impostos.

Ministro do Trabalho e procurador-geral do MPT discutem ações

21/09/2017 – Fonte: Ministério do Trabalho (postado em 19-09-2017)

Durante encontro realizado nesta terça-feira (19) foi discutida a formalização de um termo de cooperação técnica para aprimoramento de operações conjuntas

O ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira, reuniu-se nesta terça-feira (19) com o procurador-geral do Ministério Público do Trabalho (MPT), Ronaldo Curado Fleury, na sede do MPT em Brasília. Eles discutiram a formalização de um termo de cooperação técnica entre os órgãos, visando facilitar o encaminhamento de denúncias de trabalhadores e sindicatos sobre o descumprimento da legislação trabalhista. Além disso, o termo contemplaria o aprimoramento de ações que são afins entre eles, como o combate ao trabalho escravo, ao trabalho infantil e à informalidade.

Ronaldo Nogueira destacou o empenho do órgão parceiro em ações conjuntas. “O MPT tem atuado de uma forma extraordinária no sentido de cooperar com o Ministério do Trabalho, em especial no que diz respeito a ações de combate ao trabalho escravo, ao trabalho infantil e à informalidade e em ações para garantir a saúde e a segurança do trabalhador”, afirmou.

Ronaldo Fleury enalteceu a atuação conjunta desenvolvida como o Ministério do Trabalho. “O MPT tem relacionamento muito estreito e produtivo com o Ministério do Trabalho, e tenho certeza de que esses encontros de articulação trazem muitos benefícios à sociedade e, em especial, aos trabalhadores do Brasil”, ressaltou.

Ao fim do encontro, Ronaldo Nogueira reiterou o compromisso do Ministério do Trabalho com a continuidade das ações de combate ao trabalho escravo: “Semanalmente, estamos proporcionando aporte de recursos necessários para que essas ações não sejam prejudicadas em razão do contingenciamento do orçamento.

Isso é prioridade. Nós estaremos, sim, garantindo a continuidade das ações. E não serão reduzidas; ao contrário: serão potencializadas”, garantiu o ministro do Trabalho.

Os estados mais (e menos) competitivos do Brasil

21/09/2017 – Fonte: Exame

São Paulo continua na liderança, apesar de queda da nota, e Paraná perde segundo lugar enquanto Rio continua caindo, segundo ranking divulgado hoje



São Paulo segue como estado mais competitivo do Brasil mesmo com queda de sua nota de 88,9 pontos em 2016 para 87,8 em 2017.

As 27 unidades da federação foram analisadas por 66 indicadores em 10 pilares: infraestrutura, capital humano, inovação, educação, potencial de mercado, segurança pública, solidez fiscal, eficiência da máquina pública e sustentabilidade, tanto ambiental quanto social.

São Paulo continua liderando em pilares como infraestrutura, educação e inovação, mas caiu 6 posições (de 15º para 21º) em solidez fiscal, que já era seu pior quesito.

Já Santa Catarina foi primeira em segurança pública e subiu uma posição no ranking, ganhando a vice-liderança geral e tirando o lugar do Paraná, hoje no terceiro lugar. O estado do Rio de Janeiro, que havia despencado da segunda posição para a oitava no ano passado, agora está na nona posição.

“A situação fiscal dos Estados e municípios brasileiros apresentou sensível deterioração em 2016, sendo que alguns Estados já declararam calamidade financeira”, diz o texto. Foi o que aconteceu com o Rio, que aderiu recentemente a um resgate do governo federal. Mas Minas Gerais e Rio Grande do Sul, outros estados em calamidade, conseguiram subir uma posição cada.

Entre os destaques positivos estão a Paraíba, que pulou da 15ª para a 10ª posição, além de Acre e Rondônia. Alagoas, que estava em último lugar no ano passado, conseguiu subir três posições.

As maiores quedas no ranking foram de Amapá (16º para 26º), Amazonas (17º para 22º) e Pernambuco (de 13º para 18º).

De forma geral, os estados de Sudeste, Sul e Centro-Oeste aparecem na metade superior e estados do Norte e Nordeste na metade inferior. Os últimos lugares são Maranhão, Amapá e Sergipe.

O cálculo final gera notas entre 0 e 100. A média brasileira é 47,9 pontos, com Mato Grosso logo acima e Goiás logo abaixo deste patamar.

A ferramenta no site do CLP permite fazer comparações entre os estados e com países da OCDE. Veja o ranking dos 27 estados e suas notas:

- São Paulo: 87,8
- Santa Catarina: 77,2
- Paraná: 77,1
- Distrito Federal: 69,4
- Mato Grosso do Sul: 62,7
- Minas Gerais: 57,8
- Rio Grande do Sul: 57,4
- Espírito Santo: 55,7
- Rio de Janeiro: 52,2
- Paraíba: 49,8
- Ceará: 49,7
- Mato Grosso: 48,8
- Goiás: 43,3
- Roraima: 42,4
- Rio Grande do Norte: 42,4
- Tocantins: 41,4
- Rondônia: 41
- Pernambuco: 40,8
- Acre: 38,5
- Bahia: 37,1
- Pará: 36,9
- Amazonas: 36
- Piauí: 33,3
- Alagoas: 33,1
- Maranhão: 31,5
- Amapá: 28,2
- Sergipe: 27

Artigo: É preciso modernizar a Lei de Recuperação Judicial

21/09/2017 – Fonte: Gazeta do Povo

É imprescindível que exista, além dos mecanismos legais, uma política governamental que preserve a atividade empresarial



Antônio More/Gazeta do Povo

A intenção do governo federal de propor uma nova Lei de Recuperação Judicial é positiva, principalmente diante da crise econômica que afetou muitas empresas. O objetivo do governo é auxiliar as companhias em recuperação para retomar o crédito no mercado e voltar a crescer. Esse é um argumento forte e, se apenas a lei conseguir isso, será um ganho expressivo para a retomada de vários setores, o que, na prática, não é tão simples assim.

Uma das grandes dificuldades para o sucesso da atual recuperação judicial é a não abrangência legal dos tributos no processo. Isso limita o poder de retomada da companhia que está tentando se reerguer. Além disso, a Receita considera que, quando há renegociação e redução de dívida fiscal, a empresa teve ganho de capital e, por isso, cobra imposto desta operação, o que torna ainda mais inviável a eficácia da recuperação.

Porém, para quem está negociando um plano de recuperação com credores, a redução de débito é apenas um alívio diante das dívidas. Para o contribuinte, não há ganho efetivo a ponto de gerar renda real e, conseqüentemente, pagamento do tributo. Nesse sentido, a expectativa é de que a nova legislação corrija essa interpretação equivocada.

Outro fator que prejudica o sucesso da recuperação – dados do Serasa Experian mostram que apenas uma em cada quatro empresas conseguiram volta à ativa – é a falta de diálogo com os credores. Muitos processos de recuperação arrastam-se por longo período por falta de consenso entre as partes.

Ainda que esse fator seja relevante, a falha de previsão dos administradores da empresa também tem grande peso nesse índice. Muitos acabam formulando o pedido de recuperação quando praticamente não há mais chances para a preservação da companhia. Quanto maior a eficiência da empresa em liquidar o passivo com geração própria de caixa, maiores serão as chances de recuperação.

Nesse sentido, a proposta do governo deve trazer alguns avanços, como a redução do prazo de recuperação judicial, que vai trazer mais credibilidade econômica e social ao instrumento. Além disso, a intenção do governo é incentivar os bancos a fornecer crédito às empresas devedoras, o que pode dar mais fôlego para a recuperação. Hoje, o crédito a uma companhia em recuperação é praticamente nulo.

No entanto, o projeto traz pontos negativos que podem ser retrocesso para questões já difundidas. Como exemplo, a intenção de permitir que os credores elaborem o plano de recuperação. A lei tem como objetivo principal a preservação da corporação e dar esse controle aos credores pode abrir precedente para que somente visem o

recebimento de seus créditos, sem avaliarem ou se preocuparem com a continuidade e a viabilidade da empresa.

Além disso, para que a legislação opere com a finalidade de preservar as companhias e, conseqüentemente, os empregos, o governo não pode simplesmente ceder a pressões de grupos que defendem causa própria.

Como é o caso do setor bancário, que exige que a nova legislação não modifique os contratos de concessão de crédito para que as dívidas com garantia fiduciária não entrem no plano de recuperação. Essa questão é bastante controversa, pois o objetivo da recuperação é abranger todo o passivo da empresa e isso inclui os créditos tomados em operações financeiras.

Para que a nova legislação seja eficaz, é necessário que tenha como base principal a preservação das corporações como linha produtiva na sustentação e nos crescimentos econômico, político, social e até mesmo cultural. Assim como deve ser mantida a suspensão de ações contra o devedor.

Também é imprescindível que exista, além dos mecanismos legais, uma política governamental que preserve a atividade empresarial e reconheça as empresas como peças-chave nas ações de governo. A falência de uma corporação traz prejuízo social e econômico, pois afeta funcionários, fornecedores, consumidores e até o Estado, que perde arrecadação.

(Fernando Sperb é advogado com atuação na área de recuperação judicial da Sociedade de Advogados Alceu Machado, Sperb & Bonat Cordeiro).

Empresas de infraestrutura do Brasil estendem tapete a investidor chinês

21/09/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo



O presidente Michel Temer em encontro com executivos da chinesa State Grid, em Pequim

Quando Li Keqiang, o primeiro-ministro da China, estava tentando enfatizar a importância do relacionamento entre Pequim e o Brasil, ele escreveu sobre o amor dos chineses pelas novelas brasileiras, como por exemplo "Escrava Isaura", sucesso dos anos 1970. A novela, que foi seguida entusiasticamente pela audiência chinesa, acompanha a bela e modesta Isaura em suas tortuosas batalhas contra a adversidade.

Narrativa semelhante poderia ser aplicada, com muito menos ardor romântico, à gangorra do relacionamento econômico entre o Brasil e a China. O ardor que acompanhou o boom nas exportações de commodities à China, nos anos iniciais do milênio, já havia se dissipado em 2015, quando o colapso econômico deixou milhões de brasileiros desempregados.

No mesmo artigo em que elogiava Isaura, porém, em 2015, Li expressava otimismo. Os dois "parceiros naturais" encontrariam um novo caminho que transcenderia a dependência quanto ao comércio de commodities e enfatizaria o investimento chinês em infraestrutura, para ajudar o Brasil a evitar "armadilha da renda média", escreveu Li.

"A China está disposta a participar na construção da rede de ferrovias de carga, da rede de energia, da rede de comunicação, e em outros grandes projetos de construção brasileiros, e a cooperar com o lado brasileiro em toda a cadeia industrial, na construção naval, indústria química, exploração de gás natural e petróleo, e outras áreas", acrescentou o primeiro-ministro chinês.

Nos últimos 18 meses, Pequim começou a cumprir essas promessas de maneira enfática. Kevin Gallagher, professor de política mundial de desenvolvimento na Universidade de Boston, diz que uma nova fase está em curso no relacionamento comercial entre a China e o Brasil.

"O boom acabou no que tange às commodities, mas está acontecendo uma virada na direção da infraestrutura, serviços financeiros e certos segmentos da indústria".

Uma das expressões mais claras da nova disposição chinesa surgiu em junho deste ano, quando Pequim concordou em destinar US\$ 15 bilhões a um fundo bilateral de US\$ 20 bilhões destinado primordialmente a projetos de infraestrutura. Instituições financeiras brasileiras devem prover os US\$ 5 bilhões adicionais para o fundo, proposto inicialmente por Li em sua visita ao Brasil em 2015.

"A China vem agindo verdadeiramente rápido para estabelecer o fundo de infraestrutura de US\$ 20 bilhões, porque deseja colocar [o investimento] em ação", diz Gallagher. "O Brasil, é claro, está pronto a aceitar, porque no momento o custo do capital no país é alto. O Brasil tem sérias deficiências de infraestrutura que não serão cobertas pelo capital privado ou mesmo por bancos de desenvolvimento, e por isso o dinheiro chinês é muito necessário".

O escopo das necessidades de infraestrutura brasileiras —e portanto a dimensão da oportunidade para as empreiteiras chinesas ávidas por projetos— é imenso. O Global Infrastructure Hub, uma iniciativa de pesquisa do Grupo dos 20 (G20), estima que o Brasil necessite instalar pelo menos US\$ 2,7 trilhões em infraestrutura até 2040, mas que ao ritmo atual de investimento só atingirá US\$ 1,5 trilhão desse valor, o que deixa um déficit de US\$ 1,2 trilhão.

Pressões como essas, reforçadas por aquelas que a recessão econômica do Brasil cria, resultaram em maior abertura ao controle e construção de infraestrutura por estrangeiros. Os grandes grupos estatais chineses aproveitaram a oportunidade, abocanhando ativos de infraestrutura importantes e preparando lances para muitos outros projetos, dizem autoridades e analistas.

"Alguns países não permitem investimento da China nesses setores [infraestrutura básica], mas não é esse o caso no Brasil", disse Roberto Jaguaribe, presidente da Apex Brasil, agência de promoção do comércio internacional e investimento brasileira. "Estamos muito abertos aos investimentos chinesas em infraestrutura".

Jaguaribe, antigo embaixador brasileiro à China, não duvida da importância macroeconômica dos investimentos chineses, em um momento no qual o Brasil luta para se libertar da profunda recessão que se seguiu ao boom nas commodities. "A China é o maior investidor no Brasil a cada ano, nos anos recentes, e acreditamos que esses investimentos venham a subir ainda mais", ele disse.

Em números concretos, as aquisições comandadas pelos chineses no ramo de infraestrutura montaram a US\$ 5,7 bilhões nos quatro primeiros meses de 2017, respondendo por quase 40% da entrada total de investimentos no Brasil, de acordo com a consultoria Dealogic. A Câmara de Comércio Brasil-China, em São Paulo, prevê que o número possa atingir US\$ 20 bilhões em 2017, 70% acima do total de 2016.

A importância do investimento chinês em infraestrutura pode ser vista claramente nos setores de geração e transmissão de energia. A State Grid Corp, uma estatal chinesa

de transmissão de energia e maior companhia mundial de infraestrutura, adquiriu participação controladora na CPFL Energia, no ano passado. Isso confere à empresa chinesa, que já operava quase 10 mil quilômetros de linhas de transmissão de energia no Brasil, a responsabilidade por uma das maiores porções da grade de energia brasileira.

Na geração de energia, a China Three Gorges Corporation adquiriu os direitos de operação de duas grandes usinas hidrelétricas brasileiras, Jupia e Ilha Solteira, por 30 anos, pagando US\$ 3,7 bilhões, no final de 2015. E isso pode ser apenas o começo de uma onda de transações.

Diversas outras companhias chinesas de energia, entre as quais a Shanghai Electric, China Southern Power Grid e Huaneng, estão estudando apresentar ofertas por ativos do setor de energia brasileiro que serão colocados à venda, dizem analistas.

Em certo sentido, os chineses estão desempenhando o papel de salvadores. A dívida de algumas das companhias brasileiras de eletricidade estava subindo para níveis insustentáveis, exacerbada pela recessão e por uma medida do governo que forçou as companhias a reduzir tarifas para renovação de seus contratos por 30 anos, em 2012.

Uma seca severa entre 2013 e 2015 reduziu o volume de água nas represas brasileiras, prejudicando muito as companhias hidrelétricas, e os clientes se viram forçados a substituir as fontes hidrelétricas de energia por fontes termoelétricas.

A dimensão estratégica disso é que Pequim encara o Brasil como aliado importante entre os países em desenvolvimentos, e um mercado potencialmente crucial, com 200 milhões de habitantes, além de como plataforma para oportunidades comerciais no restante da América Latina. Que o Brasil esteja situado em uma região de interesse estratégico para os Estados Unidos, cujo relacionamento com a China está cada vez mais difícil, só serve para aumentar o valor dos elos com os brasileiros, aos olhos de Pequim.

No entanto, existem preocupações residuais, diz Jaguaribe. As empresas chinesas de infraestrutura terão de ser cuidadosas quanto às práticas trabalhistas e normas ambientais e sociais brasileiras, se continuarem a adquirir grandes porções da infraestrutura do país, ele adverte. "A maior barreira é que elas não podem agir no exterior como fazem na China", diz Jaguaribe. "Alguns países permitem que o façam, mas não é o que acontece no Brasil".

Infraestrutura é principal desafio e oportunidade para retomada

21/09/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo



As mesmas calamidades que levaram a economia do Brasil a encolher em mais de 7% nos dois últimos anos também estão criando oportunidades sem precedentes, dizem analistas.

A cambaleante infraestrutura brasileira quase entrou em colapso diante das demandas geradas pelo superciclo de commodities que precedeu a recessão. O Fórum Econômico Mundial classifica o Brasil em 72º lugar no seu ranking de qualidade de infraestrutura,

que abarca 138 países, adiante da vizinha Argentina, mas bem atrás do México, que ocupa o 57º posto.

Agora, o Brasil tem a oportunidade de corrigir essa situação antes do próximo pico de sua economia. "A infraestrutura é o principal desafio e a principal oportunidade", diz Renato Polizzi, diretor de investimento do Banco Modal, em São Paulo, e especialista em debêntures de infraestrutura. "Nossa infraestrutura é em geral velha, ineficiente e menor do que necessitamos".

O Brasil é o maior exportador mundial de commodities como açúcar, soja, café, suco de laranja e minério de ferro, e um dos maiores exportadores de carne bovina, milho e celulose. Até que a recessão chegasse, o país também era um mercado promissor de bens de consumo, e um produtor promissor de automóveis.

A necessidade de investir agora não escapa à atenção do governo do presidente Michel Temer, que preparou um pacote de reformas e projetos de infraestrutura para elevar o potencial de crescimento do país.

Sob o governo do PT, que administrou o Brasil de 2003 ao impeachment da presidente Dilma Rousseff no ano passado, uma série de propostas de construção foram anunciadas.

Conhecidos como Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), os planos variavam de um trem-bala ligando o Rio de Janeiro a São Paulo a projetos maciços de habitação popular.

O programa resultou em alguns investimentos, mas dependia pesadamente do BNDES, o banco estatal de desenvolvimento, para financiamento de longo prazo subsidiado. Boa parte do dinheiro envolvido foi desperdiçado em projetos de estimação do governo, como a Copa do Mundo de 2014 ou refinarias de petróleo eivadas de corrupção.

Outro erro do governo Dilma foi tentar forçar os investidores em infraestrutura a aceitar retornos mais baixos em troca de financiamento subsidiado do BNDES. O programa não funcionou. A formação bruta de capital fixo —um indicador de investimento— vem caindo há anos, e declinou em 13 dos últimos 14 trimestres, o que inclui os três primeiros meses deste ano.

Pior: em 2014, a gigantesca Operação Lava Jato, sobre corrupção na estatal de petróleo Petrobras, terminou por apanhar em sua rede o governo Dilma e a maioria das grandes empreiteiras brasileiras, o impediu que elas se envolvessem em novos investimentos de infraestrutura.

Quando Rousseff foi afastada, Temer assumiu o governo e, em maio deste ano, foi acusado de discutir propinas com o empresário Joesley Batista, antigo presidente do conselho do grupo de processamento de carne JBS, mas sobreviveu a uma votação do Congresso em agosto sobre se deveria ou não ser indiciado pelas acusações.

Embora Temer continue impopular junto ao público, as empresas e os mercados apoiam o programa de reforma de seu governo. Os planos incluem congelar qualquer aumento real nos gastos públicos, reforma nas aposentadorias, leis trabalhistas e o setor petrolífero, e privatização de quase 60 empresas, da geradora de eletricidade Eletrobras à Casa da Moeda.

A inflação caiu a 2,7% em julho, ante mais de 10% no começo do ano passado. As reservas cambiais brasileiras continuam robustas, em US\$ 381 bilhões, e o investimento estrangeiro direto foi de sólidos US\$ 81 bilhões nos 12 meses até julho.

O governo Temer iniciou um novo programa de infraestrutura, com um leilão para privatizar quatro aeroportos em capitais estaduais de segundo escalão. Os aeroportos foram vendidos a empresas internacionais por R\$ 3,7 bilhões.

O governo também está realizando consultas públicas com o objetivo de atrair cerca de R\$ 16 bilhões em investimentos privados para dois projetos de ferrovias para ligar a região Centro-Oeste, produtora de soja, a portos no norte e sul do país.

Além disso, o governo pretende vender concessões para a construção de mais de 900 quilômetros de rodovias, com compromissos de investir mais de R\$ 10 bilhões; tem planos para abrir concorrência sobre projetos de portos, com a expectativa de atrair R\$ 20 bilhões em investimento; e há também uma proposta para levar o acesso de banda larga à internet a regiões remotas, com o lançamento de um novo satélite em maio e R\$ 2,8 bilhões em investimento do setor privado e do setor público.

O maior desafio, de longe, continua a ser como bancar os projetos, já que o governo não tem dinheiro. Em outra reforma, o governo está buscando remover os subsídios que embasam os empréstimos do BNDES e encorajar mais empresas a lançar debêntures especiais para infraestrutura, isentas de impostos.

Projetos completamente novos, como os de construção de novas ferrovias, nos quais não existe fluxo de caixa corrente, continuam difíceis de financiar, dizem analistas.

Mas os investidores estão demonstrando interesse em ativos existentes, com operadoras estrangeiras como a Fraport, da Alemanha, participando da concorrência pelos aeroportos e empresas chinesas abocanhando ativos como a companhia de eletricidade CPFL Energia.

A combinação entre oportunidades, interesse dos investidores e desafios que a infraestrutura brasileira apresenta fica especialmente evidente no porto de Santos.

O grupo de transporte dinamarquês AP Moller Maersk investiu US\$ 2,7 bilhões no Brasil de 2010 para cá, o que inclui US\$ 400 milhões em um terminal de contêineres em Santos e US\$ 2,2 bilhões em 16 navios Sammax, projetados para navegar entre a América do Sul, principalmente o Brasil, e a Europa e Ásia. Ela também adquiriu a rival Hamburg Süd, que tinha forte presença na América.

A empresa enfrenta, no entanto, problemas básicos com a infraestrutura de apoio em Santos. Há apenas um viaduto rodoviário conduzindo à sua área do porto, e os caminhões enfrentam longos atrasos nos cruzamentos ferroviários. A sedimentação causada pela falta de dragagem adequada do canal de acesso ao terminal reduziu o calado das embarcações que o canal comporta, impedindo que navios como o Labrae cheguem ao porto com sua carga plena.

Søren Toft, vice-presidente de operações da Maersk Line, a companhia de navegação do grupo Maersk, visitou o Brasil recentemente. "Precisamos ver mais investimento em infraestrutura na região, e não apenas em complexos de terminais", ele concluiu. "É a coisa toda que dá apoio à infraestrutura por aqui". Esse é o tipo de investimento que o governo Temer precisa se apressar a encorajar.

Emprego no país deve registrar mais uma alta nesta quinta

21/09/2017 – Fonte: Exame

O governo está confiante que o aumento na arrecadação federal seja um indicativo de que o número de empregados continua subindo

A quinta-feira deve trazer mais uma boa notícia para o emprego quando forem divulgados os novos números do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados, o **Caged**.

Na última medição, o Ministério do Trabalho mostrou a geração de 35.900 novos postos de trabalho com carteira assinada em julho. Foi o quarto mês seguido em que o país abriu mais vagas de trabalho formal que fechou, segundo as estatísticas oficiais. O governo está confiante que o aumento na arrecadação federal anunciado ontem para agosto, 10,78% maior que o mesmo mês do ano passado, seja um indicativo de que o número de empregados continua subindo. Foi também o maior aumento mensal registrado em 2017.

O resultado inclui aumento de impostos, como da gasolina, e outras receitas temporárias, mas também mostra, segundo o Tesouro, alguma retomada da atividade econômica.

Seria mais um indício da recuperação cíclica apontada pelo economista Luiz Carlos Mendonça de Barros, colunista de EXAME. Quando a taxa de emprego começa a subir, mesmo que timidamente, os brasileiros empregados deixam o pânico de lado e voltam a consumir, com confiança no futuro. Por isso, mesmo avanços tímidos no Caged são fundamentais para a retomada.

A maior alta no Caged nos últimos meses foi em abril, com 59.900 vagas de saldo positivo. Em maio foram mais 34.300 e, em junho, 9.800. O mês de fevereiro também registrou alta, de 35.600 vagas. O problema é que só em dezembro 462.400 vagas formais foram fechadas.

Por indicativos como esse, o desemprego está em queda, mas segue altíssimo. O indicativo da PNAD, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ainda mostra que 12,8% dos brasileiros estavam desocupados no trimestre de maio a julho. São 13,3 milhões de pessoas. A diminuição é de 0,2 ponto percentual em relação ao trimestre abril-junho. Boa parte, contudo, é composta por empregos informais, que não entram na conta do Caged.

Aprender a "linguagem das máquinas" não será garantia de emprego no futuro

21/09/2017 – Fonte: Gazeta do Povo

Nos próximos dez anos nós teremos mais novas tecnologias do que tivemos desde Thomas Edison até hoje, segundo Michael Bloomberg



Uma das soluções para o dilema da automação que empresas e governos têm promovido, de ensinar programação a crianças nos colégios e de popularizar este conhecimento, na visão de Bloomberg já é inútil.

No Bloomberg Global Business Forum 2017, evento realizado na manhã desta quarta-feira (20) em Nova York, o ex-prefeito da cidade e fundador da Bloomberg L.P. Michael Bloomberg afirmou que "não existe uma resposta fácil" para a automação de empregos, que já é um processo inevitável.

É difícil ver essa automação parar, nem o público quer que isso pare. Isso garante produtos de maior qualidade, por preços mais baixos e mais rapidamente. Mas nós temos o problema da desigualdade de renda, e algumas pessoas precisam de um emprego e querem ter essa dignidade. E como criar empregos para essas pessoas se é mais fácil implementar a automação?”, disse.

Solução?

Uma das soluções que empresas e governos têm promovido, de ensinar programação a crianças nos colégios e de popularizar este conhecimento, na visão de Bloomberg já é inútil: “Nós sabemos que até a programação será automatizada, não faz sentido trabalhar nisso”, disse.

“Dizer que eu e você vamos aprender programação e teremos um emprego no futuro é uma mentira, esqueça isso. Isso não vai acontecer”, disse, e seguida reforçando que poucas pessoas, que são verdadeiros talentos, terão empregos por muito tempo.

Questionado sobre como é possível resolver este problema, ele falou que ainda não tem a resposta e que “este é o grande debate”, mas que a reciclagem de habilidades é uma das alternativas: a Bloomberg Filantropies, instituição filantrópica também criada por Bloomberg, tem investido na reeducação de trabalhadores de minas de carvão para que eles possam trabalhar em áreas e setores mais tecnológicos, como instalação de painéis solares.

“Esses trabalhadores são fortes e, por terem trabalhado em minas, eles acabam tendo problemas de pulmão. Isso, por sua vez, faz com que muitas empresas deixem de contratá-los. Por isso eles são nossa prioridade”, disse.

As tecnologias do futuro

Segundo Bloomberg, nos próximos dez anos nós teremos mais novas tecnologias do que tivemos desde Thomas Edison até hoje – e, apesar de “enorme”, essa mudança não será sentida no dia a dia.

“É ultrajante hoje pensar que o iPhone já teve uma capacidade de armazenamento de 10 GB e, sabe, há 20 anos nós não tínhamos nem celulares e nada do que hoje tomamos como garantido”, disse.

“Nós ainda temos nossos celulares, ainda temos alguns botões ou toques para serem feitos, mas as novidades que teremos serão capazes de cada vez mais coisas. Não será necessário aprender muitas coisas novas, por isso as novas tecnologias são adotadas tão facilmente”, finalizou.

Além de Bloomberg, participarão do evento o CEO da Apple, Tim Cook, o ex-presidente dos EUA, Bill Clinton e outros nomes importantes.

Comissão faz mudanças nas normas regulamentadoras 12 e 22

21/09/2017 – Fonte: Ministério do Trabalho

Em sua 90ª reunião, Comissão Tripartite Paritária Permanente (CTPP) também criou comissões para discutir prevenção no trabalho com agentes cancerígenos

A Comissão Tripartite Paritária Permanente (CTPP), reunida no Ministério do Trabalho nesta quarta-feira (20), aprovou mudanças nas normas regulamentadoras nºs 12 e 22, respectivamente no que se refere ao transporte de cargas e à atualização de termos na nomenclatura utilizada em itens do Plano de Atendimento a Emergências.

As mudanças realizadas na NR-12 dispõem sobre a possibilidade do uso de teleféricos para transporte de cargas, obedecendo certas medidas de segurança, regras adicionais sobre o uso de dispositivos de acionamento bimanual de máquinas, sinalização de

máquinas autopropelidas; além da inserção de quatro termos e alteração de outros três no glossário da norma. As decisões serão publicadas em Diário Oficial da União nos próximos dias.

Outra decisão da CTPP foi a criação de um grupo de estudos para normatizar a prevenção no trabalho com agentes cancerígenos. Outras comissões, que tratam de temas como limpeza urbana, estufagem de contêineres e calor nos ambientes de trabalho, também realizaram discussões e devem iniciar suas atividades ainda neste ano.

Refis enfrenta impasse entre equipe econômica e Congresso

21/09/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo



Vista da frente do Congresso

Depois de um acordo em torno de suas principais regras, o programa de refinanciamento de dívidas tributárias criado pelo governo enfrenta um novo impasse entre a equipe econômica e o Congresso. As divergências podem causar problemas à votação do Refis.

As negociações ficaram travadas esta semana com a oposição do Ministério da Fazenda à proposta de tratar da mesma forma e conceder os mesmos benefícios aos devedores da Receita Federal e da PGFN (Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional).

Os líderes da base aliada concluíram a elaboração de um novo texto na segunda-feira (18) e queriam colocá-lo em votação no plenário da Câmara esta semana, mas o governo não concordou com o dispositivo que estabelece um regime único de refinanciamento para as duas instituições.

O presidente Michel Temer deverá arbitrar a disputa. De volta dos Estados Unidos nesta quinta (21), ele deve se reunir com líderes e ministros durante a manhã para decidir se o Palácio do Planalto dará aval ao texto oferecido pelos deputados.

A equipe econômica é contra o regime unificado por entender que as dívidas com a PGFN já foram questionadas na Justiça e tiveram decisão desfavorável às empresas – ou seja, o direito sobre esse valor já é do governo. Por isso, não há interesse em conceder benefícios para estimular seus pagamentos, como ocorre com os débitos com a Receita.

Os deputados querem estender as regras de refinanciamento às dívidas com a PGFN para conceder aos devedores as mesmas condições de pagamento, como descontos e a possibilidade de utilização de prejuízos fiscais para abater as dívidas.

Os líderes da base aliada não abrem mão desse regime e argumentam que essa regra foi aplicada em outros programas de refinanciamento.

O impasse já levou parte da equipe econômica a considerar a possibilidade de romper negociações com o Congresso e deixar que a medida provisória que criou o novo Refis perca a validade —em 11 de outubro.

O governo passou a levantar essa hipótese em reuniões com parlamentares, ao argumentar que já conseguiu arrecadar cerca de R\$ 5,5 bilhões com programas de

refinanciamento este ano e que as regras propostas pelos deputados trariam pouca receita adicional.

A base aliada reagiu mal: líderes governistas dizem que haverá um "problema político grave", se o governo não aceitar a nova proposta e tentar barrar a votação. No limite, os partidos ameaçam votar um texto com ainda mais benefícios, o que obrigaria Temer a vetar a proposta.

Apesar desse impasse, há acordo entre governo e Congresso sobre os pontos centrais do Refis. A equipe econômica aceitou conceder desconto de 70% sobre a multa e de 90% sobre juros para devedores que quitarem seus débitos à vista. As dívidas pagas em 145 meses terão desconto de 50% na multa e 80% sobre juros. O desconto para pagamentos feitos em 175 meses será menor, de 25% sobre a multa e de 50% sobre os juros.

Votação da MP do Refis deve ocorrer apenas no dia 26, afirma relator

21/09/2017 – Fonte: Tribuna PR

O relator da medida provisória que cria o novo Refis, Newton Cardoso Jr (PMDB-MG), afirmou nesta quarta-feira, 20, que o mais provável é que o texto possa ser votado pelo plenário da Câmara dos Deputados apenas na próxima terça-feira, 26. "Temos acordo para votar, mas não temos espaço na pauta hoje porque há medidas provisórias na frente. Se houver quórum amanhã, poderemos votar, mas o mais provável é que a votação ocorra na terça-feira", afirmou, em participação ao vivo na página da Câmara dos Deputados no Facebook.

O presidente em exercício da Câmara, Fábio Ramalho (PMDB-MG), já havia dito mais cedo que não deve colocar o Refis em votação nesta quarta.

Outra razão para a definição ficar para a próxima semana, acrescentou Cardoso Jr, é dar tempo para que o presidente da República, Michel Temer, retorne da viagem aos Estados Unidos para acompanhar a votação. O deputado, que foi muito criticado pela equipe econômica ao tentar ampliar os descontos de multas e reduzir o valor a ser pago à vista pelos devedores, afirmou a discussão sobre o tema agora ocorreria apenas com a "ala política" do governo.

Segundo Cardoso Jr, há tempo para a votação na Câmara e no Senado antes do fim da validade da MP do Refis, em 11 de outubro. "Acredito que a arrecadação do Refis possa chegar a R\$ 10 bilhões este ano", acrescentou.

Já a equipe econômica deve rever de R\$ 13 bilhões para cerca de R\$ 8 bilhões a arrecadação do Refis no próximo relatório bimestral de avaliação de receitas e despesas do Orçamento. Do começo do ano até o mês passado, as receitas com esses parcelamentos alcançaram R\$ 5,455 bilhões.

Fazenda muda regra para recuperar dívida bilionária de empresas 'zumbis'

21/09/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo

A PGFN (Procuradoria da Fazenda) mudou o procedimento de cobrança de dívidas de empresas que existem só no papel e que acumulam débitos com o fisco.

São negócios cuja atividade foi transferida para outra pessoa jurídica, e que não são encerrados para evitar que pendências tributárias passem à nova companhia.

"Uma amostra da carteira de devedores aponta que há R\$ 300 bilhões nessa situação", diz Cristiano Neuenschwander, procurador-geral-adjunto de gestão da dívida.

O órgão, que hoje precisa recorrer à Justiça para citar o devedor, vai ter uma fase administrativa de cobrança.

O processo vai correr pela internet. O contribuinte terá acesso à argumentação da PGFN e poderá recorrer.

Se a pessoa reconhecer que a empresa existia para proteger o patrimônio, evitará um aumento de 10% que se dá quando o caso é judicializado.

"O processo de execução na Justiça chegou a um ponto de saturação. Em média, ele dura cerca de oito anos."

A PGFN, diz Neuenschwander, começará a cobrar as dívidas fáceis -o órgão usará seu banco de dados e identificará se o administrador tem bens que podem ser bloqueados para decidir quais processos instaurar primeiro.

Uma vantagem da regra, diz Marcelo Roncaglia, sócio do Pinheiro Neto, é a unificação de processos -antes a dívida de cada imposto era tratada em separado, e, agora, reconhecida a responsabilidade, trata-se do montante todo.

"A lei não é clara sobre como deve ser o tratamento de patrimônio de sócios em caso de dívida tributária.

Temer: governo resgatou confiança que se traduz em investimento e consumo

21/09/2017 – Fonte: Tribuna PR

O presidente Michel Temer disse nesta quarta-feira, 20, em evento do jornal Financial Times em Nova York que seu governo resgatou a confiança dos agentes, o que deve se traduzir em melhora dos investimentos e do consumo. "O Brasil tem momento de mudanças, com enormes oportunidades", disse o peemedebista aos investidores dos Estados Unidos, ressaltando que "a recessão ficou para trás".

Temer destacou alguns indicadores macroeconômicos para falar da recuperação da atividade. Ele ressaltou que a inflação está abaixo de 2,5% e os juros, que atingiram mais de 14% ao ano no passado, agora devem chegar a 7,5% e 7% até o final do ano na previsão dos analistas. "É previsão de analistas, não é minha."

O presidente pediu que os investidores norte-americanos participem dos programas de infraestrutura no Brasil. "O Estado não pode fazer tudo. Por isso, promovemos programa de investimentos privados em infraestrutura", disse ele, mencionando que o País tem instituições sólidas. "Investir no Brasil é ganhar", afirmou Temer. "O Brasil é espaço de estabilidade."

"Quando assumimos o governo, a maior crise da história tinha como origem a questão fiscal", disse Temer. "Estabelecemos diálogo com o Congresso Nacional, governamos junto com o Legislativo", afirmou o peemedebista, mencionando que conseguiu aprovar o teto dos gastos públicos e outras medidas. "Com diálogo, estamos avançando na reforma da Previdência."

"A reforma da Previdência trata de salvar as aposentadorias de hoje e de amanhã", afirmou o presidente. "No Brasil, há diferença de privilégios entre funcionários da área pública e do setor privado. A reforma da Previdência visa regras iguais para todos", declarou. Temer observou ainda que o governo conseguiu modernizar a legislação trabalhista, que datava de 1943, ao aprovar a reforma no Congresso. "Estamos fazendo a desburocratização de atividades do setor público."

Temer ressaltou ainda que o Brasil está buscando simplificação da estrutura de impostos e a que reforma tributária "é termo de certa forma gasto no Brasil". "A simplificação tributária está no quadro de desburocratização do País", disse ele.

Meirelles diz que crise não vai espantar investidor estrangeiro

21/09/2017 – Fonte: Tribuna PR

O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, tem como grande foco atrair investidores estrangeiros para o Brasil. Ele falou sobre o tema ao jornal britânico Financial Times, que trouxe nesta quarta-feira, 20, um caderno especial sobre o País voltado para infraestrutura. Apesar de alguns alertas de que a situação crítica da política e economia doméstica possa impedir a chegada de capital externo, Meirelles diz não acreditar em "atrasos".

A publicação ressalta que o governo embarcou em um programa de infraestrutura de US\$ 45 bilhões destinado a tirar o Brasil de uma profunda recessão e melhorar sua produtividade e que Meirelles insiste que, desta vez, o maior país da América Latina não deixará passar a oportunidade.

O jornal lembra que em meio à atratividade dos mercados emergentes, a economia brasileira recuou 7,4% nos últimos dois anos. Parte da resposta do governo foi abrir o setor de energia para mais investimentos estrangeiros, além de realizar leilão de concessões rodoviárias, ferroviárias e aeroportuárias.

"Existe muito interesse", disse Meirelles ao jornal britânico. "Está lá, definitivamente. Nós também estamos vendo isso em linhas de transmissão e campos petrolíferos offshore de grandes companhias de petróleo", continuou o ministro.

Ele também afirmou que uma reestruturação mais ampla do processo de licitação para infraestrutura está em andamento. O processo visa a garantir financiamento dentro de um sistema que, segundo críticos, foi enredado por questões políticas, pouco planejamento e má supervisão, em meio a empréstimos baratos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Os financiamentos cresceram de menos de 8% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2007 para quase 12% em 2015. O governo agora decidiu que, a partir de janeiro de 2018, o BNDES baseie sua taxa de empréstimo nos títulos públicos de cinco anos. Os analistas dizem que a reforma deve impulsionar o investimento do setor privado ao remover o subsídio tradicionalmente incluído na taxa de empréstimos do banco.

"A oferta agora está baseada no preço e nas capacidades técnicas dos concorrentes", defendeu Meirelles. "Os concorrentes devem ter em consideração todas as taxas de financiamento disponíveis", acrescentou. No entanto, o periódico salienta que ele está interessado em tranquilizar os potenciais investidores que, com R\$ 150 bilhões em seus cofres, o BNDES tem "ampla capacidade e liquidez para financiar a longo prazo projetos a termo". Dito isto, ele reiterou: "Não há subsídios específicos para projetos específicos de infraestrutura, como aconteceu no passado".

O FT ouviu também Sérgio Lazzarini, da escola de negócios Insper em São Paulo. Segundo ele, os funcionários do banco sublinharam que haverá mais foco em projetos com impacto positivo no desenvolvimento, incluindo projetos de infraestrutura.

"Mesmo que o BNDES não faça uma forte mudança para priorizar projetos de impacto, seria desejável financiar projetos de infraestrutura com mais capital privado", disse Lazzarini.

O Brasil tem um mercado nascente para debêntures, portanto as concessionárias podem emitir aqueles com garantias de seu próprio fluxo de receita, como pedágios.

Tais iniciativas devem reduzir a participação do Estado em empreendimentos comerciais. Meirelles estima que as despesas do governo federal cairão para 15,5% do PIB em 2026, de 19,5% do PIB em 2016. O raciocínio é o de que, à medida que o Estado se retira, passa a haver mais margem para a atividade do setor privado, que poderia, por sua vez, aumentar as taxas de crescimento.

O especialista em infraestrutura da Fundação Dom Cabral em Belo Horizonte Paulo Resende alerta, no entanto, que "não será tão simples, particularmente no contexto atual".

"Embora a economia esteja se recuperando, isso não significa que investidores potenciais tenham adquirido o nível de confiança necessário para tomar uma decisão de investimento". Meirelles rejeitou tais preocupações ao FT. "Eu não acho que haverá atrasos", disse. "Se os projetos tiverem uma estrutura financeira sólida, se a demanda for realista, se o custo for realista e as taxas de financiamento estiverem ao nível do mercado, não haverá nenhum motivo para fracasso".

Negócio da China

No caderno especial divulgado pelo jornal britânico Financial Times sobre Brasil, a publicação aborda o interesse chinês em investir em ativos ligados à infraestrutura brasileira.

O periódico lembra a explosão das exportações de commodities para o país asiático desde os primeiros anos do milênio, que se dissipou em 2015 por causa de problemas econômicos.

Nos últimos 18 meses, Pequim começou a atuar de forma mais enfática, segundo o FT, que traz a avaliação do professor de política de desenvolvimento global da Universidade de Boston Kevin Gallagher de que realmente uma nova fase da relação comercial da China com o Brasil está em andamento.

"O boom acabou em respeito às commodities, mas agora há uma mudança em direção a infraestrutura, bancos e alguma produção."

Um exemplo pragmático recente citado pelo periódico foi a criação de um fundo bilateral de US\$ 20 bilhões – dos quais US\$ 15 bilhões da China – destinado principalmente a projetos de infraestrutura.

Para o jornal, se as necessidades de infraestrutura brasileiras são "enormes", também são as oportunidades para a China. O Global Infrastructure Hub, uma iniciativa de pesquisa do G-20 (grupo das 20 maiores economias do mundo), estima que o Brasil precisaria colocar US\$ 2,7 milhões em infraestrutura até 2040, mas a taxa de investimento atual alcança apenas US\$ 1,5 milhão.

O FT salienta que chegar a números é uma questão complicada, mas as aquisições em infraestrutura lideradas pela China nos primeiros quatro meses de 2017 somaram US\$ 5,7 bilhões, cerca de 40% do investimento interno total. A Câmara de Comércio Brasil-China, em São Paulo, prevê que este número poderia chegar a US\$ 20 bilhões para todo o ano de 2017, um aumento de 70% em relação a 2016.

Há, no entanto, preocupações residuais, como a observação das práticas trabalhistas brasileiras, os padrões ambientais e sociais à medida que empresas chinesas adquirem grandes fatias do setor elétrico.

"A maior barreira é que eles não podem atuar no exterior como fazem na China", diz o presidente da Apex, Roberto Jaguaribe. "Alguns países deixam que façam isso, mas isso não acontece no Brasil".

Meirelles defende decisão rápida da Câmara sobre denúncia contra Temer e votação da reforma da Previdência este ano

21/09/2017 – Fonte: G1

Ministro da Fazenda também comemorou crescimento da arrecadação federal de agosto e disse que dado aponta para a recuperação da economia.

O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, mantém a previsão de que a votação da reforma da Previdência no plenário da Câmara seja feita ainda neste ano. A afirmação foi feita em entrevista coletiva em Nova York no início da noite desta quarta-feira (20).

"Esta é minha expectativa. O presidente da Câmara tem dito que a expectativa dele também é que aconteça ainda este ano".

Questionado se a nova denúncia contra o presidente Michel Temer pode atrasar o processo, Meirelles disse que essa discussão deve ser "o primeiro item da agenda" do Congresso.

"A votação desta denúncia seria o primeiro item na agenda. Decidido isso, seria a reforma", afirmou Meirelles. "Isso tem que ser resolvido o mais rápido possível e seguir para votações seguintes", completou.

A maioria dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) votou a favor do envio da denúncia da Procuradoria Geral da República (PGR) à Câmara dos Deputados. Cabe aos deputados autorizar ou não o STF a analisar a acusação contra o presidente da República.

Arrecadação

Meirelles ainda comentou o resultado da arrecadação federal, divulgado nesta quarta-feira, que apontou um crescimento de 10,78% em agosto deste ano.

Segundo ele, "é um dado muito importante" e que aponta para a "recuperação da economia". O ministro lembrou que o aumento da arrecadação ajuda o país a equilibrar as contas públicas.

Meirelles afirmou que o governo está "tomando as medidas necessárias" para atingir a meta fiscal de 2017, que prevê um déficit de R\$ 159 bilhões.

Ele afirmou que o governo segue o cronograma de medidas para equilibrar as contas públicas, como a realização de um leilão de hidrelétricas na semana que vem.

Ele disse também que algumas medidas exigem negociações políticas, mas que elas estão em curso, como a reoneração da folha de pagamento das empresas e a aprovação do programa de renegociação de dívidas tributárias, conhecido como Refis.

Reuniões com investidores

Mais cedo, o ministro da Fazenda defendeu em seminário do jornal 'Financial Times', que "agora" é o "momento exato" de investir no Brasil.

Em entrevista a jornalistas na noite de quarta-feira, Meirelles disse que participará de cerca de 15 encontros com investidores estrangeiros.

"(Estou) sentindo um interesse grande de investidores internacionais no Brasil", afirmou.

Eleições 2018

O ministro da Fazenda voltou a ser questionado se será candidato à presidência da República nas próximas eleições.

"Não sou pré-candidato. Não existe a menor possibilidade que eu tire o foco da minha atividade da economia", afirmou, se dizendo "honrado" com a manifestação de interesse do PSD no seu nome.

Ele afirmou, no entanto, que as chances de um candidato "que favoreça a continuidade das reformas é alta".

"Com a economia recuperando, as ações gerando bons resultados, eu acho que devemos ter uma perspectiva otimista em relação ao futuro", disse o ministro. "Existe sim um foco que vai além das aprovações no Congresso este ano, um foco de interesse ao que acontecerá em 2019."

Reforma da Previdência precisa voltar a andar

21/09/2017 – Fonte: CNI

PEC que muda as regras do sistema previdenciário está paralisada no congresso e compromete meta de controle dos gastos públicos. CNI defende prioridade na tramitação para que Brasil volte a crescer

A reforma da Previdência é crucial para garantir o pagamento das aposentadorias e pensões aos brasileiros, manter o equilíbrio das contas públicas e criar condições para o crescimento sustentável da economia. Essa sempre foi a avaliação do governo que, desde dezembro do ano passado, conta com um rápido desfecho para a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 287/2016 que trata das mudanças no sistema previdenciário – agenda prioritária do governo.

A tramitação está paralisada no Congresso Nacional desde maio, quando o texto foi aprovado pela comissão especial da Câmara dos Deputados, mas perdeu fôlego diante da aguda crise política decorrente das investigações da Lava Jato. A PEC precisa, ainda, passar por duas votações no plenário da Câmara. Se aprovada, a reforma vai ao Senado.

Para a Confederação Nacional da Indústria (CNI), a reforma da Previdência é indispensável para o Brasil voltar a crescer, criar empregos e ter recursos para investir em outras áreas, como educação e inovação. Por isso, a entidade defende que o tema seja tratado com prioridade de tramitação no Congresso, ainda que a votação pareça estar distante.

"A avaliação da CNI quanto à importância do tema permanece. São medidas relevantes para promover a melhoria da economia. Estamos acompanhando e trabalhando para mostrar às pessoas que a aprovação dessa proposta é fundamental", afirma o diretor de Políticas e Estratégia da CNI, José Augusto Fernandes.

Para deputados que apoiam o governo, o plenário da Câmara dos Deputados não acatará a denúncia da Procuradoria Geral da República, prevista para ser analisada no início de agosto. Em caso de vitória, os governistas acreditam que a votação da reforma da Previdência ganhará corpo, sendo possível concluí-la até setembro.

Um dos principais pontos de debate sobre a matéria é quanto à mudança do pagamento de aposentadorias e pensões. Os governistas avaliam se mantêm o texto aprovado na comissão especial da Câmara, em maio, ou apresentam algo que possa ser votado de forma fatiada, como apenas a adoção da idade mínima para a concessão dos benefícios. Talvez essa seja a hipótese mais provável, segundo analistas de mercado, que veem uma reforma mais ampla somente em 2019, sob o comando de um novo presidente da República.

Outra estratégia seria fazer tramitar, em paralelo ao debate sobre a reforma da Previdência, uma proposta de reforma tributária para simplificar procedimentos.

Enquanto para a aprovação da reforma previdenciária o quórum necessário é de, ao menos, 308 dos 513 deputados, para a simplificação tributária somente 257 votos (projeto de lei complementar) seriam necessários, ou até maioria simples, em caso de legislação ordinária.

Mansueto: dívida vai continuar em elevação sem a aprovação de reformas

21/09/2017 – Fonte: Tribuna PR

A dívida pública brasileira já cresceu 21 pontos percentuais do Produto Interno Bruto (PIB) desde 2013 e vai continuar em elevação sem a aprovação de reformas para conter os gastos do governo, disse nesta quarta-feira, 20, o secretário de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda, Mansueto Almeida, em audiência na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado. Segundo ele, quase metade disso (9 pontos percentuais) foi causada por decisões de política econômica, como a injeção de recursos do Tesouro Nacional em bancos públicos.

Um dos beneficiados dessa política foi o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que recebeu mais de R\$ 500 bilhões a partir de 2009. Essa política turbinou o poder de fogo da instituição de fomento na concessão de crédito. Agora, porém, o governo tem pressionado para que o banco devolva antecipadamente R\$ 180 bilhões desse dinheiro para que consiga cumprir a chamada "regra de ouro" do Orçamento, que impede emissão de dívida para bancar despesas de custeio.

"A devolução de recursos pelo BNDES está em discussão. Temos que ver a capacidade do banco", afirmou Almeida. Como mostrou o Broadcast, serviço de notícias em tempo real do Grupo Estado, o BNDES já acertou a devolução de R\$ 50 bilhões neste ano – uma parcela de R\$ 33 bilhões neste mês e outros R\$ 17 bilhões em novembro -, mas ainda negocia os outros R\$ 130 bilhões esperados pelo Tesouro Nacional para 2018. Sem fontes alternativas de financiamento, o banco não pode devolver mais de R\$ 40 bilhões no ano que vem sem comprometer seu caixa.

O secretário apresentou na audiência pública uma simulação da dinâmica da dívida pública com e sem a devolução dos recursos pelo BNDES. Sem a antecipação, a dívida chegaria próximo a 85% do PIB em 2024. Com a operação, ficaria na faixa de 82% ou menos. "Hoje nossa dívida está mais de 30 pontos do PIB acima das economias emergentes", ressaltou Almeida.

A reforma da Previdência é considerada essencial pela equipe econômica para mudar a dinâmica da dívida pública. Isso porque o Brasil caminha para ter em 2060 o perfil de população que o Japão tem hoje – com o detalhe que o governo brasileiro já gasta mais com Previdência do que os japoneses.

"Sem a reforma da Previdência, o teto de gastos não se sustenta", admitiu o secretário. É por isso que, segundo ele, o ajuste fiscal ainda não acabou e precisa necessariamente passar pelo Congresso Nacional. O que o teto de gastos fez foi "dar tempo" ao governo para que possa planejar os gastos. "O ajuste fiscal que se propõe, que é necessário e que precisa ter continuidade na próxima administração, é muito gradual", afirmou.

Além da reforma da Previdência, o secretário destacou a mudança na estrutura das carreiras do funcionalismo público, que é uma "questão de justiça". "Quando rapaz de 25 anos ingressa no serviço público hoje, ele chega no fim da carreira aos 32 anos e passa a lutar por aumento salarial", observou Almeida.

No ano que vem, as despesas do governo previstas já estão travadas no teto, ou seja, qualquer surpresa na arrecadação se transformará em déficit menor, uma vez que o governo não poderá gastar mais. Por outro lado, o secretário demonstrou otimismo

com a agenda de reformas do governo. "Há hoje real possibilidade de a economia ter juro real de 4% ou menos e crescimento real do PIB de 2,5% a 3%", afirmou.

Inflação atinge nível de país desenvolvido

21/09/2017 – Fonte: Tribuna PR

Inflação atinge nível de país desenvolvido

A taxa oficial de inflação do Brasil finalmente desceu a níveis de países desenvolvidos e está rodando próxima dos patamares registrados por Estados Unidos, Espanha e Alemanha, além de já estar abaixo do faixa do Reino Unido, por exemplo. Enquanto o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) acumula 2,46% em 12 meses até agosto, o índice de preços ao consumidor do Reino Unido está em 2,9%, na mesma base de comparação.

Ainda que o Brasil tenha suas peculiaridades e seja bastante diferente ao contar, por exemplo, com dívida pública elevada e fragilidades institucionais, economistas ouvidos pelo **Estadão/Broadcast** afirmam que o cenário de inflação baixa pode ser duradouro.

Esse ambiente pode, conforme os analistas, até dar margem para debates sobre redução na meta inflacionária para a faixa de 3% mais à frente. Contudo, essa permanência da inflação em níveis nunca antes visto na história do País está atrelada, entre outros fatores, à condução da agenda de reformas.

Um cenário externo favorável, sem grandes modificações na taxa de câmbio, e a reorientação da política econômica e monetária são alguns dos fatores que estão permitindo o alívio inflacionário no Brasil, conforme a economista-chefe da XP Investimentos, Zeina Latif. Além disso, ela acrescenta que a inflação brasileira se aproxima da média mundial pois o ciclo econômico está ficando cada vez mais aderente ao restante do mundo.

O economista Heron do Carmo, professor de Economia da FEA/USP, admite que a crise pronunciada provocou efeito benigno na economia, que é a possibilidade de o impacto na indexação ficar menor no ano que vem. Para o economista, o grande problema do País é o fiscal "É uma questão estrutural que pode complicar. O que falta ser resolvido é o nó fiscal", afirmou Heron.

Artigo: Imposto 'bom' ajuda arrecadação do governo

21/09/2017 – Fonte: G1

Num processo de retomada da economia a arrecadação de impostos é como uma amarração na costura que vai se desenvolvendo no processo. É como se o alinhavado fosse sendo feito com os setores da atividade, como indústria, comércio e serviços, cada um dando seu ponto no caminho, uns com mais força, outro menos. O que marca as etapas deste processo é o pagamento de impostos e o resultado da arrecadação dá o nó em cada fase, consolidando – ou não – a trajetória da economia.

Em agosto, entraram nos cofres da Receita Federal pouco mais de R\$ 104 bilhões, um volume 10,78% maior do que mesmo período de 2016, já descontada inflação. Os recursos vieram de fontes variadas, sem ter o peso relevante de uma receita extraordinária. Foram os tributos ligados à atividade, como lucro das empresas, imposto sobre importações e imposto de renda, que formaram o monte de dinheiro que encheu os cofres públicos.

O melhor desempenho veio dos impostos recolhidos da venda de combustíveis, graças ao aumento da alíquota de PIS e Confins aplicado pelo governo. A arrecadação das bombas subiu impressionantes 72% na comparação com ano passado, mas foram

'apenas' R\$ 800 milhões do total. Do imposto de renda vieram quase R\$ 25 bi, 15,5% a mais que no mesmo mês do ano passado. Outros R\$ 4,6 bi vieram dos tributos recolhidos sobre o lucro das empresas, 27,7% a mais que em 2016.

Muita gente se pergunta se este bom desempenho foi pontual ou tem chance de se repetir nos próximos meses. Tem dois dados que evitam o chutômetro ou a suposição com base nos dados sobre a recuperação da atividade: a arrecadação do imposto sobre importações e do Imposto sobre Produtos Industrializados, o IPI. No mês passado, o primeiro cresceu 6,5%, com R\$ 4,5 bi a mais para os cofres; o segundo, teve alta de 10,30%, com outros R\$ 4 bilhões.

Se o país está importando é sinal de que a demanda por consumo está crescendo. Esta reação aciona a compra de produtos prontos lá de fora, mas também muita matéria prima para a indústria nacional produzir aqui – o que provoca aumento na arrecadação do IPI. A expectativa dos analistas é de que a retomada da economia vai ganhar mais força neste segundo semestre. A criação de mais de 1,3 milhão de vagas de trabalho nos últimos quatro meses devolve renda às famílias o que, por si só gera reação da atividade.

As fichas para um desempenho mais forte do PIB até o final do ano estão na queda dos juros, já que a inflação não para de cair. A redução da taxa básica ainda precisa chegar com mais intensidade na mesa do gerente do banco, mas o movimento já começou devagarinho.

Por último, mas não menos importante, o aumento da arrecadação de impostos é música para os ouvidos da equipe de Henrique Meirelles, que só falta dar nó em pingo d'água para arrumar receita. Meirelles precisa cumprir a meta de rombo das contas públicas para este ano, um buraco de R\$ 159 bilhões. Não será tarefa fácil e o governo vai precisar de muita receita extraordinária, como venda das distribuidoras de energia, leilões de petróleo e o famoso Refis, o programa de refinanciamento das dívidas tributárias das empresas, para fechar a conta.

O resultado de agosto mostra que o processo em curso é o mais desejável possível porque ele vem da atividade, das transações entre os agentes econômicos, os consumidores, as empresas, os bancos, os importadores, os prestadores de serviços. É o chamado 'imposto bom', que contribui com equilíbrio das contas públicas de forma mais permanente e consistente.

A estrada ainda é longa e há previsões de chuvas e trovoadas no trajeto. A boa notícia é que a ameaça que sempre rondou a rota está contida depois da aprovação do teto de gastos públicos.

O aumento no recolhimento de impostos não vai mais ser dragado pelo aumento de despesas, como se a fonte nunca mais fosse secar, como aconteceu nos últimos 20 anos. O que entrar a mais vai servir para cobrir o rombo e depois, lá na frente, estabilizar a dívida pública.

(Thaís Herédia- Colunista do Globo News)

'Vamos rodar o modelo', diz Mansueto sobre possível mudança na estimativa de PIB

21/09/2017 – Fonte: Tribuna PR

O secretário de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda, Mansueto Almeida, disse que o governo vai "rodar o modelo" para verificar se é possível elevar a previsão oficial de crescimento deste ano, que está em 0,5%.

Na sexta-feira, o governo divulgará o Relatório Bimestral de Receitas e Despesas e uma melhoria na previsão de crescimento da economia ajudaria a fechar as contas, já que aumentaria a projeção de arrecadação.

Mansueto ressaltou que vários bancos já estão prevendo alta de 0,7% até 1% no PIB e que os últimos indicadores econômicos têm sido bastante positivos. "Claramente, os indicadores do setor privado para este ano e o próximo mostram que o potencial de crescimento aumentou", afirmou a jornalista, após participar de audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado.

Depois do aumento registrado na arrecadação de tributos em agosto, que teve alta real de 10,78%, Almeida disse que é necessário verificar se esse movimento representa uma tendência ou um ponto fora da curva. "Em junho foi muito bom, mas em julho foi ruim. É um cenário muito difícil de fazer previsão", acrescentou.

Ele lembrou que em 2018, com as despesas limitadas pelo teto dos gastos, qualquer "surpresa positiva" no lado da receita será voltada para reduzir o déficit primário.

Para o secretário, a segunda denúncia do Ministério Público Federal não afetará as previsões de crescimento do mercado, porque isso já está incorporado. "O mercado acredita que a agenda de reformas vai continuar. Os investidores estrangeiros acreditam que o governo vai conseguir avançar na reforma da Previdência, se não este ano, até 2019", afirmou.

Descontingenciamento

O governo espera o relatório do dia 22 também para tentar descontingenciar recursos orçamentários e evitar uma paralisação da máquina pública. De acordo com Mansueto, o ideal é liberar entre R\$ 5 bilhões e R\$ 10 bilhões. "O número exato vai depender dessa questão do modelo de crescimento e reavaliação de receita", acrescentou.

Ele lembrou que o governo teve hoje uma "boa notícia" com a manutenção na Justiça do leilão de usinas da Cemig, que deverá arrecadar pelo menos R\$ 11 bilhões aos cofres da União. Por outro lado, a decisão do Supremo Tribunal Federal de manter a correção de precatórios pelo IPCA, e não pela TR, representará uma perda para o governo. Para Mansueto, no entanto, a revisão de meta já guardou margem para acomodar alguma frustração de receita.

IPCA de 2017 no cenário de mercado cai de 3,8% na ata para 3,2% no RTI

21/09/2017 – Fonte: Tribuna PR

O Banco Central (BC) reduziu as projeções para a inflação deste e do próximo ano no cenário de mercado. De acordo com o Relatório Trimestral de Inflação (RTI), divulgado na manhã desta quinta-feira, 21, o cenário de mercado prevê IPCA de 3,2% em 2017. A mais recente ata do Comitê de Política Monetária (Copom) citava previsão de alta de 3,3%. No relatório de inflação divulgado em junho, o BC esperava alta do índice oficial de inflação de 3,8% pelo cenário de mercado.

Para 2018, o cenário de mercado indica que o IPCA ficará em 4,3%, e não mais em 4,4% como constava na mais recente ata do Copom. No RTI de junho, a projeção era de 4,5%. O cenário de mercado utiliza como parâmetros as previsões dos analistas, contidas no Relatório de Mercado Focus, para a taxa de câmbio e os juros no horizonte da previsão.

O BC informou também, no RTI, que a projeção para o IPCA em 2019 está em 4,2% no cenário de mercado. No caso de 2020, está em 4,1%. Esta é a primeira vez que a instituição divulga, no RTI, projeções para 2019 e 2020. Isso passou a ser feito porque o horizonte do BC se ampliou. Em 29 de junho, além de informar a meta para 2019,

ele definiu a meta para 2020. Ao mesmo tempo, a instituição disse que seus documentos passariam a incorporar essa ampliação de horizonte.

A autarquia persegue meta de inflação de 4,5% em 2017, 4,5% em 2018, 4,25% em 2019 e 4,00% em 2020. Em todos os casos, a margem de tolerância é de 1,5 ponto percentual para mais ou para menos.

Cenário com câmbio

O BC reduziu as projeções para a inflação deste e do próximo ano no cenário de referência. De acordo com o RTI, o cenário de referência prevê IPCA de 3,2% em 2017. No relatório de inflação divulgado em junho, o BC esperava alta de preços de 3,8% este ano. O BC deixou de publicar as estimativas do cenário de referência – que utiliza câmbio e juros constantes – nas atas dos encontros do Comitê de Política Monetária (Copom).

Para 2018, conforme o RTI, o Banco Central projeta no cenário de referência que o IPCA ficará em 3,8%, e não mais em 3,9% como visto no documento de junho.

O BC informou ainda, no RTI, que a projeção para o IPCA em 2019, pelo cenário de referência, está em 3,7%. No caso de 2020, o percentual projetado é de 3,8%. Nos cálculos do cenário de referência, o BC considerou uma Selic de 8,25% ao ano e um dólar a R\$ 3,10.

Receita: arrecadação em agosto foi puxada por IRPJ, CSLL e PIS/Cofins

21/09/2017 – Fonte: Tribuna PR

A reação da arrecadação de tributos federais em agosto foi puxada pelo melhor desempenho nas receitas obtidas com Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e PIS/Cofins. De acordo com dados da Receita Federal, o total arrecadado pelo governo no mês passado foi 10,78% maior do que em agosto de 2016, já descontado o efeito da inflação.

O IRPJ/CSLL foi o que mais contribuiu para esse desempenho positivo, o melhor do ano até agora. A alta com a arrecadação desses tributos subiu 24,6% em termos reais em agosto ante igual mês do ano passado. Segundo o Fisco, esse resultado foi impulsionado por pagamentos à vista feito por devedores no âmbito do programa de parcelamento de débitos tributários, o Refis, bem como por melhora nos pagamentos por estimativa mensal de empresas que são ou não do setor financeiro.

Em seguida, houve alta real de 11,12% na arrecadação com Cofins e PIS/Pasep. A Receita apontou o aumento nas alíquotas anunciado no fim de julho como um dos fatores – só com essa medida, a arrecadação de PIS/Cofins com combustíveis subiu R\$ 779 milhões em agosto ante igual mês do ano passado, para R\$ 1,851 bilhão. A alta real é de 72,71% no período.

Além do aumento das alíquotas sobre combustíveis, houve melhor desempenho da arrecadação nos setores econômicos, destacou a Receita Federal, principalmente dos setores financeiro e de comércio e reparação de veículos. A receita de PIS/Cofins com esses segmentos teve alta de dois dígitos acima da inflação em agosto ante igual mês do ano passado.

A receita previdenciária, por sua vez, teve alta real de 4,44% em agosto ante igual mês do ano passado. Segundo a Receita Federal, esse desempenho está ligado à trajetória da massa salarial dos trabalhadores brasileiros.

Outros tributos também apresentaram incremento na arrecadação acima da inflação em agosto ante igual mês de 2016: Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre rendimentos do trabalho (alta de 8,58%), Imposto sobre Importação (4,72%), e Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) (10,29%).

Parcelamento da dívida ativa

Além da arrecadação de R\$ 1,804 bilhão com o Refis em agosto, a Receita Federal divulgou que o parcelamento da Dívida Ativa gerou outra receita adicional de R\$ 1,213 bilhão no mês passado.

O programa especial de regularização tributária – o novo Refis – permite o parcelamento de débitos tanto com o Fisco quando da Dívida Ativa gerida pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

No resultado acumulado do ano, a Receita divulga uma arrecadação de R\$ 5,455 bilhões até agosto, que inclui ambos os parcelamentos.

O Broadcast, serviço de notícias em tempo real do Grupo Estado, mostrou na terça-feira que governo deve rever de R\$ 13 bilhões para cerca de R\$ 8 bilhões a arrecadação do Refis no próximo relatório bimestral de avaliação de receitas e despesas do Orçamento.

Entrada de dólares supera saída em US\$ 6,295 bi no ano até 15 de setembro, diz BC

21/09/2017 – Fonte: Tribuna PR

O fluxo cambial do ano até o dia 15 de setembro ficou positivo em US\$ 6,295 bilhões, informou nesta quarta-feira, 20, o Banco Central. Em igual período do ano passado, o resultado era negativo em US\$ 7,599 bilhões.

A retirada de dólares pelo canal financeiro neste ano até 15 de setembro foi de US\$ 33,623 bilhões. Este resultado é fruto de entradas no valor de US\$ 330,510 bilhões e de envios no total de US\$ 364,133 bilhões. O segmento reúne os investimentos estrangeiros diretos e em carteira, remessas de lucro e pagamento de juros, entre outras operações.

No comércio exterior, o saldo anual acumulado até 15 de setembro ficou positivo em US\$ 39,918 bilhões, com importações de US\$ 96,422 bilhões e exportações de US\$ 136,340 bilhões. Nas exportações estão incluídos US\$ 20,401 bilhões em Adiantamento de Contrato de Câmbio (ACC), US\$ 36,751 bilhões em Pagamento Antecipado (PA) e US\$ 79,188 bilhões em outras entradas.

Setembro

Depois de registrar saída líquida de US\$ 698 milhões em agosto, o País registra fluxo cambial positivo de US\$ 2,161 bilhões em setembro até o dia 15, informou o Banco Central.

O canal financeiro apresentou entradas líquidas de US\$ 1,327 bilhão no período. Isso é resultado de aportes no valor de US\$ 22,246 bilhões e de retiradas no total de US\$ 20,919 bilhões. Este segmento reúne os investimentos estrangeiros diretos e em carteira, remessas de lucro e pagamento de juros, entre outras operações.

No comércio exterior, o saldo de setembro até o dia 15 é positivo em US\$ 834 milhões, com importações de US\$ 5,761 bilhões e exportações de US\$ 6,595 bilhões. Nas exportações, estão incluídos US\$ 1,131 bilhão em ACC, US\$ 1,272 bilhão em PA e US\$ 4,192 bilhões em outras entradas.

Semana

O BC também informou que o fluxo cambial da semana de 11 a 15 de setembro ficou positivo em US\$ 3,413 bilhões.

O canal financeiro apresentou entrada líquida de dólares na semana de US\$ 2,785 bilhões, resultado de entradas no valor de US\$ 14,531 bilhões e de envios no total de

US\$ 11,745 bilhões. Este segmento reúne os investimentos estrangeiros diretos e em carteira, remessas de lucro e pagamento de juros, entre outras operações. Destaque para a última sexta-feira, dia 15, quando US\$ 3,150 bilhões líquidos entraram no País pela via financeira.

No comércio exterior, o saldo na semana passada ficou positivo em US\$ 624 milhões, com importações de US\$ 3,023 bilhões e exportações de US\$ 3,650 bilhões. Nas exportações, estão incluídos US\$ 527 milhões em ACC, US\$ 618 milhões em PA e US\$ 2,506 bilhões em outras entradas.

Greve paralisa os Correios em 20 Estados e no DF, diz federação

21/09/2017 – Fonte: Tribuna PR

Trabalhadores dos Correios de todo o País entraram em greve a partir das 22 horas da terça-feira, 19. Dos 31 sindicatos filiados à Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Correios e Telégrafos e Similares (Fentect), apenas três ainda não fizeram assembleias: Acre, Rondônia e Roraima.

Dos afiliados, já aderiram ao movimento Alagoas, Amapá, Amazonas, Bahia, Distrito Federal, São Paulo (Campinas, Ribeirão Preto, São José do Rio Preto, Vale do Paraíba e Santos), Ceará, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais (Juiz de Fora e Uberaba), Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul (Santa Maria), Sergipe e Santa Catarina.

Representados por outra federação, os funcionários da capital paulista e da região de Bauru (SP) ainda devem fazer assembleia próprias na próxima semana, para definir se também irão entrar em greve.

A categoria tenta negociar um reajuste salarial de 8%. Segundo a Fentect, após mais de 40 dias desde a apresentação para a proposta, a empresa apenas tentou excluir cláusulas para o acordo coletivo de trabalho.

Os funcionários também reclamam do fechamento de agências, o que dificulta os serviços postais e bancários, ameaças de demissão, corte em investimentos, suspensão de férias, entre outras questões.

A entidade também demanda novos concursos para a reposição de funcionários que se aposentaram. A última seleção para empresa ocorreu em 2011.

Governo quer privatizar Correios, diz ministro

21/09/2017 – Fonte: Tribuna PR

Os Correios entraram para a lista de estatais que o governo pretende privatizar, um caminho já anunciado para a Eletrobrás, a Casa da Moeda e a Infraero. A confirmação veio de Nova York. O ministro Moreira Franco, da Secretaria Geral da Presidência, declarou que a venda dos Correios está em estudo, mas que precisa ser feita "com muito cuidado".

Moreira Franco, que integra a comitiva do presidente Michel Temer aos Estados Unidos, disse que a tendência é que os Correios passem a atuar mais diretamente no setor de logística, em vez de se concentrar no monopólio postal.

"É o mesmo caso da Casa da Moeda, que produzia mais de 3 milhões de cédulas por ano e agora está (produzindo) 1 milhão e pouco. As pessoas não usam mais moeda", destacou. "A situação financeira dos Correios, pelas informações que o (Ministério do) Planejamento tem e nos passa, é muito difícil. Até porque, do ponto de vista

tecnológico, há quanto tempo você não manda telegrama? As pessoas perderam o hábito do uso da carta.”

A informação irritou a Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresas dos Correios e Similares (Fentect), que desde terça-feira lidera uma greve dos funcionários da estatal, por um reajuste salarial de 8% e correção inflacionária. “Somos contrários à privatização. A verdade é que não existe vontade política do governo federal de melhorar a empresa, o que querem é entregar os Correios a preço de banana”, disse José Rivaldo da Silva, secretário-geral da Fentect.

A estatal é presidida por Guilherme Campos, ex-deputado federal por São Paulo e vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, comandado por Gilberto Kassab. Ambos são do PSD.

Déficit

No fim de agosto, Kassab e Campos se reuniram no Palácio do Planalto com Temer e os ministros Moreira Franco, Eliseu Padilha (Casa Civil) e Dyogo Oliveira (Planejamento). Eles discutiram a situação financeira da empresa e falaram sobre o Postalís (fundo de pensão da companhia) e o Postal Saúde (plano voltado aos empregados e dependentes) – uma das maiores causas de déficit anual de cerca de R\$ 800 milhões, segundo um integrante da cúpula do ministério.

A privatização é tida por integrantes do governo como uma “tendência” pela mudança de perfil da empresa no mercado e a dificuldade de zerar o déficit, mas não existe uma modelagem pronta.

“A privatização é uma hipótese forte com esse buraco que está. Privatizar ou não vai ser uma decisão de governo. Estamos fazendo um esforço para recuperar a empresa. O rombo, quando a gente assumiu, era de cerca de R\$ 2 bilhões por ano. A situação está melhorando. Estava morrendo na UTI, agora continua na UTI, mas não está morrendo”, disse Kassab.

O presidente dos Correios, Guilherme Campos, disse ao Estado que soube pela imprensa das declarações de Moreira Franco e que não desenvolve nenhum estudo para privatização, por orientação do Planalto. “A missão que me foi dada pelo ministro Kassab é a de recuperação da empresa e não existe um encaminhamento para privatização. Agora, se nada der certo com todos os esforços para sanear a empresa, o governo pode e tem todo o direito de mudar essa orientação.”

EPE: intenção é relicitar concessões da Abengoa ainda este ano

21/09/2017 – Fonte: Tribuna PR

O governo federal está trabalhando para leiloar ainda este ano projetos de transmissão que ficarão no lugar dos empreendimentos que estavam nas mãos da espanhola Abengoa e para os quais o Ministério de Minas e Energia (MME) decretou a caducidade nesta quarta-feira, 20. Segundo o presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Luiz Barroso, atualmente estão sendo atualizados estudos de planejamento para definir quais são as linhas a serem licitadas.

“O que vai sair é um conjunto novo de linhas, que vai ter uma intersecção com as linhas cuja caducidade foi declarada, para nova licitação, se possível ainda este ano”, disse a jornalistas, durante evento em São Paulo. Já está previsto para dezembro um leilão de novos empreendimentos de transmissão.

Hoje o MME confirmou a caducidade de nove contratos de concessão de linhas de transmissão detidas pela Abengoa, acatando uma recomendação feita pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Barroso lembrou que ao longo dos últimos anos outras linhas de transmissão foram sendo licitadas, de forma que nem todos os

projetos da Abengoa são hoje necessários. “A matriz evolui de forma dinâmica e o planejamento tem que se adaptar (...). O planejamento vai Identificar reforços necessários e fazer anúncio ao mercado”, disse.

Apesar do prazo apertado para conseguir licitar esses novos projetos ainda este ano, o presidente da EPE destacou que há uma “urgência importante” para a concessão desses projetos. “São linhas essenciais para escoar boa parte das renováveis do Nordeste, então a ideia é andar com isso da forma mais rápida possível”, reforçou. Ele lembrou que hoje existem restrições de transmissão no sistema estimadas para até 2022 ou 2023, por causa da Abengoa. “Se equacionar agora, conseguimos eliminar as restrições o mais rápido possível”, disse.

Mais cedo, no mesmo evento, o secretário-executivo de Minas e Energia, Paulo Pedrosa, também comentou sobre a caducidade dos projetos da Abengoa e salientou que o processo reduz o risco para o modelo regulatório.

Ele se referiu ao fato de que a Abengoa chegou a conseguir uma liminar na Justiça impedindo a caducidade, o que, destacou, trouxe problemas para o setor. “Além das gravíssimas consequências econômicas do atraso das obras para sociedade, trazia dano para modelo do setor elétrico”, disse.

O governo conseguiu derrubar a liminar e na sequência a Aneel deu andamento ao processo de caducidade. Agora, com a confirmação da decisão pelo MME, a autarquia deverá executar as garantias e deverá definir as penalidades para os concessionários. A disputa judicial segue na Justiça, que ainda precisa julgar o mérito. “Mas temos absoluta segurança jurídica (para avançar com a caducidade)”, disse Pedrosa.

Sistema de bandeiras tarifárias poderia passar por aprimoramento, diz ONS

21/09/2017 – Fonte: Tribuna PR

O diretor geral do Operador Nacional do Sistema Elétrico, Luiz Eduardo Barata, avaliou que o sistema de bandeiras tarifárias deveria passar por um aprimoramento, de maneira a dar um sinal mais claro ao consumidor sobre o cenário de custo da geração de energia elétrica. “Talvez tenha que ter outros instrumentos, além do CMO (Custo Marginal de Operação)”, disse a jornalistas.

Atualmente, o acionamento das bandeiras amarela e vermelha é determinado pelo CMO, um valor calculado para estabelecer o custo ótimo de operação do sistema e que também serve de parâmetro para estabelecer quais térmicas serão acionadas.

Ele comentou que o acionamento da bandeira amarela – e não vermelha – em setembro, mesmo em meio a um cenário de hidrologia ruim e baixo nível de reservatórios, acendeu o sinal de alerta. “A Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) não ficou satisfeita com isso e deve avaliar”, comentou.

Para Barata, o sistema de bandeiras tarifárias deveria ser melhor aproveitado como veículo de conscientização do consumidor do custo da energia.

“As pessoas não têm hoje conhecimento, precisa fazer uma campanha para que o consumidor olhe e entenda a necessidade de fazer um uso da energia de forma mais eficiente, que a bandeira vermelha não significa que vai faltar energia, mas que vai estar mais cara”, disse. Em meio ao cenário de escassez hídrica, o governo anunciou na terça-feira, 19, que vai avaliar uma campanha de estímulo à economia de energia, questão que segundo Barata deve ser encaminhada pela Aneel.

O diretor do ONS também comentou que há uma “forte possibilidade” de acionamento da bandeira vermelha no mês que vem. “Deve ser bandeira vermelha (em outubro), no nível 1 ou 2”, disse. A declaração se segue a uma avaliação similar feita pelo diretor

da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Romeu Rufino. A maioria dos consultores ouvidos pelo Broadcast, serviço de notícias em tempo real do Grupo Estado, projeta uma bandeira tarifária nível 2 em outubro, o que significa a cobrança adicional de R\$ 3,5 a cada 100 quilowatt-hora (KWh). A bandeira tarifária de outubro deve ser anunciada pela Aneel em 30 de setembro.

Governo federal diz que estuda extinguir o horário de verão; entenda

21/09/2017 – Fonte: G1

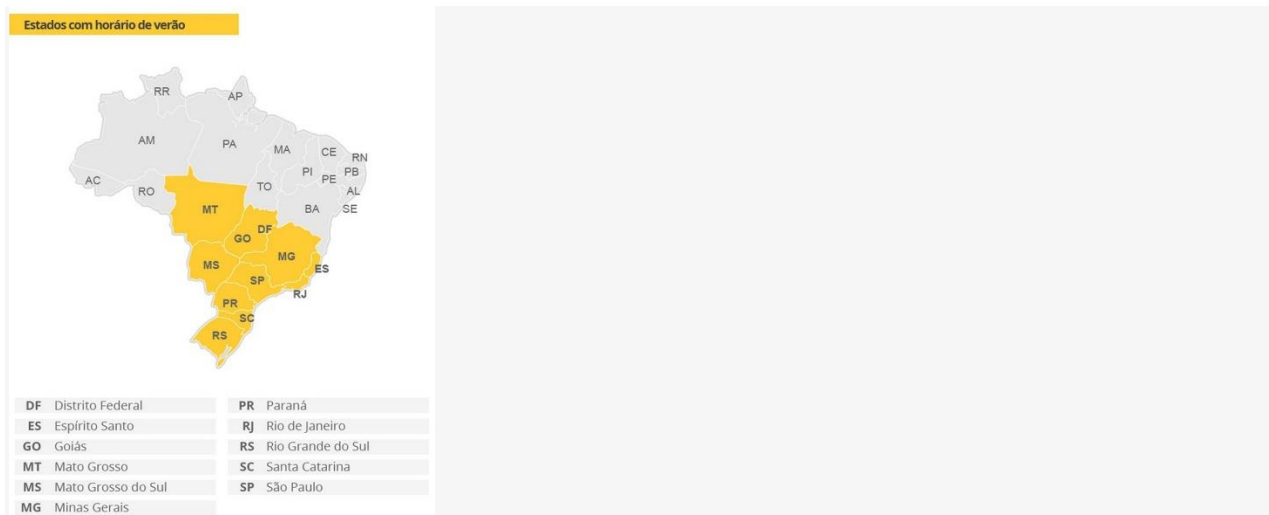
Estudos apontam economia cada vez menor de energia com a medida, dizem especialistas; decisão cabe a ministério. Por enquanto, mudança segue marcada para o próximo dia 15.

O governo federal está avaliando se mantém ou extingue, nos próximos anos, a adoção do horário de verão nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste do país. Em nota ao **G1**, a Casa Civil da Presidência da República confirmou que "está avaliando a conveniência ou não do tema horário de verão".

Segundo a nota, o tema é de competência do Ministério de Minas e Energia. O **G1** tentou contato com o ministério e com a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), e aguardava retorno até a publicação desta reportagem. Não existe um prazo formal para que a decisão seja tomada.

A reavaliação da medida – de acordo com especialistas ouvidos pela reportagem – se baseia em estudos recentes do ministério, que mostram "efetividade decrescente" do horário de verão nos últimos anos. Segundo esses relatórios, o perfil de consumo da energia elétrica mudou e, com isso, a mudança do relógio economiza cada vez menos energia.

Se nada for anunciado nas próximas semanas, o horário de verão deve entrar em vigor no dia 15 de outubro, em dez estados e no Distrito Federal (**veja mapa**). Nessas regiões, o relógio deve ser adiantado em uma hora até o dia 18 de fevereiro de 2018.



Mapa do horário de verão no Brasil (Foto: Arte/G1)

Medida antiga

No Brasil, o Horário de Verão tem sido aplicado desde 1931/1932, com alguns intervalos. Nos últimos dez anos, segundo o governo federal, a medida tem possibilitado uma redução média de 4,5% na demanda por energia no horário de maior consumo e uma economia absoluta de 0,5%.

Os números parecem pequenos, mas essa economia equivale, em todo o horário de verão, ao consumo mensal de energia em Brasília, com 2,8 milhões de habitantes. A energia

poupada também "reforça" o sistema, diminuindo a necessidade de uso da energia de termelétricas – mais cara e poluente.

Sem sobrecarga

Nas últimas décadas, o governo também justificou a adoção do horário de verão pela diminuição da sobrecarga nas linhas de transmissão nos horários de pico – entre 18h e 19h, por exemplo. Durante o horário de verão, nos estados afetados, o dia ainda está claro nesse intervalo, diminuindo o número de lâmpadas ligadas nas residências.

Além das casas, a iluminação pública é acionada mais tarde, deixando de coincidir com o horário de consumo da indústria e do comércio. Na última vigência do horário de verão – entre outubro de 2016 e fevereiro de 2017 –, o governo federal estimava economia de R\$ 147,5 milhões.

O horário diferenciado vale para os estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Espírito Santo, além do DF.

Grupo quer mais carros elétricos no País

21/09/2017 – Fonte: Tribuna PR

Um grupo de empresas dos setores de energia, automotivo, tecnologia e de postos de combustível se prepara para uma ofensiva em prol dos carros elétricos e híbridos no Brasil. A visão do grupo é que o País não pode ficar muito atrás na eletrificação automotiva caso queira se integrar às diretrizes da indústria global.

Uma das ações será o lançamento, até o fim do ano, de uma rede de postos de recarga rápida, que permite que 80% da bateria seja carregada em até meia hora. O grupo também aguarda anúncio da produção do primeiro carro elétrico no País.

O movimento ocorre num momento em que governos e várias montadoras da Europa, China e Estados Unidos anunciam planos ambiciosos de eletrificação de suas frotas e estabelecem prazos para encerrar a produção de veículos a combustão, principalmente para atender metas de emissão de poluentes.

A discussão de como tornar viável o mercado de carros não poluentes também é tema do Salão de Veículos Elétricos, de hoje a sábado no Expo Center Norte, em São Paulo. No evento, organizado pela Associação Brasileira de Veículos Elétricos (ABVE), visitantes podem testar elétricos vendidos no País.

O Rota 2030 – nova política industrial para o setor automotivo, com duração de 15 anos – deve estabelecer regras para incentivar a venda de elétricos e híbridos no País, mas isso talvez não ocorra na primeira fase do programa, que deve ser anunciada no início de outubro.

“A discussão é complexa e deve ficar para o médio prazo”, disse Luiz Miguel Batura, do Ministério da Indústria (Mdic). Há três semanas foi criado um grupo com representantes do governo e empresas para avaliar a inserção brasileira nessa mudança tecnológica que abre caminho para os autônomos.

Produção

Várias empresas aguardam a decisão do governo para confirmar projetos. As montadoras chinesas BYD e Chery anunciaram intenção de produzir carros elétricos no País. A japonesa Toyota tem projeto para o híbrido Prius. Alegam, porém, que investimentos só se justificam para produção de 3 mil a 5 mil unidades ao ano.

E demanda, dizem, se cria com incentivos, como ocorre nos outros países. O presidente da Chery, Luis Curi, disse que o grupo deve concluir em 2018 estudo de

viabilidade para a produção local do compacto QQ elétrico. “Dependendo do resultado poderemos iniciar a montagem em 2019, primeiro para frotistas e taxistas”.

A BYD, fabricante de ônibus elétricos em Campinas (SP), iniciará em outubro a venda do sedã elétrico e5, importado da China. Vai custar cerca de R\$ 220 mil. “Se tiver volume que justifique, vamos produzir no Brasil”, disse Adalberto Maluf, diretor da empresa.

A marca já trouxe ao País 50 minivans e6 para taxistas. Recentemente, entregou um e5 e um e6 para a Guarda Civil de São Paulo. Segundo ele, a BYD mantém 40 postos de recarga no País. A BMW tem 41 postos. A marca já vendeu 200 elétricos i3 e híbridos i8 a preços entre R\$ 159 mil e R\$ 800 mil.

Vários setores apostam nos eletropostos

21/09/2017 – Fonte: Tribuna PR

A empresa de tecnologia ABB negocia a instalação de vários equipamentos de carga rápida para baterias com uma rede de postos de combustível, shoppings, estacionamentos e aeroportos. O grupo tem dois postos experimentais na região de Campinas (SP).

Segundo o presidente da empresa, Rafael Paniagua, esses eletropostos são capazes de carregar 80% da bateria em até meia hora. Na tomada normal de casa, uma recarga completa leva de 6 horas a 8 horas. A ABB já tem parceria na Argentina com a rede de postos YPF para instalação de vários postos no país.

A CPFL, empresa distribuidora de energia na região de Campinas, tem 25 eletropostos, sendo dez públicos e os demais em parceria com empresas, mas poucos são de recarga rápida.

A companhia projeta que o Brasil terá ao menos 15 mil pontos de recarga elétrica até 2030. Renato Povia, gerente de inovação da CPFL, acredita que até lá a frota brasileira de veículos elétricos e híbridos pode ultrapassar 4 milhões de unidades. “O abastecimento será maior nas próprias residências, à noite, quando o consumo de energia diminui”, prevê ele.

Cálculos da CPFL indicam que, para abastecer uma frota de 4 milhões a 10 milhões de veículos será necessário aumento de 0,6% a 1,6% na capacidade atual de geração de energia o que, na visão de Povia, “é factível”.

Segundo ele, abastecer com energia é um terço mais barato por quilômetro rodado em relação aos demais combustíveis. A CPFL tem 25 carros elétricos, dos quais 21 foram emprestados para testes de grandes empresas como Bosch, Natura e 3M.

A Baterias Moura tem estudo “ainda embrionário” para produzir baterias de carros elétricos no País, confirma o presidente da empresa, Paulo Sales. “Estamos prospectando o mercado, mas hoje ainda não há demanda”.

Economia

O coordenador da área de inovação do Santander, Silvio Tanaka, de 36 anos, adquiriu um BMW i3 elétrico no início do ano de uma moradora de Santa Catarina que ganhou o carro em sorteio de um shopping center local. O modelo custava cerca de R\$ 160 mil, mas ele conseguiu por R\$ 120 mil.

“O gasto com energia em casa aumentou em R\$ 50 ao mês, mas eu gastava entre R\$ 180 e R\$ 200 por semana com combustível para abastecer o carro anterior”, conta Tanaka, que na semana passada carregou a bateria do carro em um posto recém-

instalado na rodovia dos Bandeirantes, junto com o amigo Leonardo Celli, que também tem um BMW i3.

Além da vantagem do abastecimento, diz ele, a isenção de IPVA e do rodízio em São Paulo ajudam na economia “e ainda por cima deixo de poluir o ar”. Ele e Celli, juntos com outros 20 donos de carros elétricos criaram a Associação Brasileira de Proprietários de Veículos Elétricos Inovadores (Abravei) para discutir medidas para reduzir o custo desse tipo de veículo. Isenção do IPI, que hoje é de 25%, é uma das propostas da entidade.

Até 2030, carros a energia devem ser 10% da frota global

21/09/2017 – Fonte: Tribuna PR

Estudo recente da FGV Energia mostra que a frota mundial de elétricos e híbridos no ano passado era de 2 milhões de veículos para passageiros (exclui ônibus e motocicletas). A previsão é que até 2020 chegue a 13 milhões e, em 2030, a 140 milhões, ou 10% da frota total de carros.

No Brasil, desde 2011 foram vendidos 5,9 mil carros elétricos e híbridos, dos quais 2.079 neste ano, quase o dobro de 2016. O número representa 0,3% das vendas totais. Sozinho, o híbrido Toyota Prius, que custa R\$ 120 mil, respondeu por quase 80% das vendas deste ano, com 1.635 unidades.

A Empresa de Pesquisa Energética (EPE) calcula que, em dez anos, 2,5% das vendas de carros no País serão de híbridos (o que equivalerá a 0,4% da frota total). Boa parte deles deve utilizar etanol como combustível para gerar a energia da bateria, tecnologia que está em desenvolvimento por empresas como Toyota e Nissan. A fatia dos elétricos não foi calculada.

A pesquisadora da FGV Energia, Tatiana Bruce, responsável pelo estudo que utiliza dados globais da International Energy Agency (IEA), diz que a principal dificuldade para a disseminação de veículos elétricos no Brasil é o alto custo, principalmente da bateria, que corresponde a 50% do valor do carro. Nos últimos anos o preço vem caindo, mas ainda é elevado.

Por enquanto, diz Tatiana, “os grandes responsáveis pela adoção mais acelerada do carro elétrico em outros países são os subsídios para aquisição”. Na China, mercado que mais cresce atualmente, o governo banca entre um terço e metade dos preços dos carros elétricos. A preocupação de ambientalistas é que a maior parte da energia local vem de térmicas a carvão.

No País, por enquanto, os incentivos são a isenção do Imposto de Importação para elétricos e redução da alíquota de 35% para até 7% para os híbridos. Alguns municípios, como São Paulo, oferecem isenção de IPVA e dispensa do rodízio.

Segundo Tatiana, o Brasil tem necessidades diferentes de outros países que precisam cumprir o Acordo de Paris, sobre o aquecimento global.

“Temos uma indústria de biocombustível bem desenvolvida, uma vantagem que a maioria dos outros não tem”.

Além das decisões do Rota 2030, é aguardada a regulamentação da venda de energia para essa finalidade pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Hoje, os postos não podem cobrar pela recarga. Segundo a agência, a proposta de regulamentação será apreciada no primeiro semestre de 2018.

Metalúrgicos realizam paralisações de advertência em várias fábricas do Estado (PE)

21/09/2017 – Fonte: CIMM

Em Pernambuco á são mais 20 mil demissões no Estado desde 2014, mais de quatro mil somente no primeiro semestre.

A indústria metalmecânica já chegou a empregar cerca de 80 mil pessoas no Estado no começo dos anos 2000, mas essa capacidade de geração de vagas está se esgotando. Desde 2014, o Sindicato dos Metalúrgicos do Estado (Sindmetal-PE) contabiliza aproximadamente 20 mil demissões nas empresas do setor em Pernambuco - 4,2 mil apenas no primeiro semestre deste ano. Pelo menos 20 empresas locais do segmento fecharam as portas desde 2014, sem contar as que reduziram drasticamente os seus quadros em razão da queda da demanda.

Junto com as oportunidades, os antes atrativos salários do setor também ficaram mais restritos. Se o emprego de soldador já chegou a ser sinônimo de empregabilidade e bons salários no Estado, atraindo centenas de jovens que disputavam vagas em cursos de formação da área, hoje, quem consegue uma oportunidade encara um "salário inicial de pouco mais de R\$ 1,6 mil na solda naval - uma das melhores remunerações, que chegava a mais de R\$ 2 mil de salário inicial", segundo o presidente do Sindmetal-PE, Henrique Gomes. "Em empresas com menos de 70 funcionários, o piso fica em pouco mais de R\$ 1 mil", apontou, explicando que muitas empresas criaram cargos intermediários de auxiliares e ajudantes para pagar menos.

Rota 2030 traz mais desafios para a cadeia de autopeças

21/09/2017 – Fonte: CIMM

Diferente do Inovar-Auto (2013 a 2017), o principal fator que torna o Rota 2030 uma política industrial mais assertiva é primar pela visão não só do curto, mas do médio e longo prazos, uma vez que a ideia é revisar e atualizar o programa em três ciclos de cinco anos, o que dá maior previsibilidade ao setor automotivo e, com isso, melhora a chance de planejamento para as empresas da cadeia. Esta é primeira de muitas das análises feitas pelos participantes do Workshop Legislação Automotiva, realizado na segunda-feira (18), por Automotive Business em São Paulo.

Segundo o presidente do Sindipeças, Dan Ioschpe, que avaliou as condições já conhecidas do programa ainda em fase de definição, o programa que substituirá o atual também se difere por trazer um novo foco à indústria, não mais voltada para tributos ou protecionismo, uma vez que tais práticas foram condenadas pela OMC.

"O Rota 2030 será um conjunto de regras para o setor automotivo desenhado com foco no mercado, não em tributos ou metas de manufatura, como é o Inovar-Auto", resumiu Dan.

Especificamente para as empresas fabricantes de autopeças, o programa denota preocupação para viabilizar o fortalecimento e o desenvolvimento do segmento, contudo, Dan explica que esse processo não prevê grandes novidades:

"Não se trata de financiamento ou capitalização, mas do incentivo a partir de ferramentas já existentes, como o programa de capacitação de fornecedores realizado em parcerias entre a iniciativa pública e a privada - a Bosch tem feito isso - e no contínuo incentivo em P&D", afirma.

Thyssenkrupp e Tata Steel firmam joint venture em operações de aço

21/09/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo



Homem trabalha em fábrica da alemã ThyssenKrupp AG na cidade de Duisburg, Alemanha

A alemã Thyssenkrupp e a Tata Steel uniram nesta quarta-feira (20) suas operações siderúrgicas europeias em um acordo preliminar que criaria a segunda maior siderúrgica do continente, após a ArcelorMittal.

O acordo não envolverá dinheiro, disse a Tata, acrescentando que ambos os grupos contribuiriam com dívida e passivos para alcançar uma parcela acionária equivalente e permanecerão investidores de longo prazo.

O memorando de entendimento desta quarta-feira, amplamente esperado depois que a Thyssenkrupp disse na semana passada que um acordo poderia ser atingido este mês, ressalta sinergias entre 400 e 600 milhões de euros, assim como redução de até 4 mil postos de trabalho, ou cerca de 8% da força de trabalho conjunta.

As companhias dizem que precisam se consolidar para solucionar o problema do excesso de capacidade no mercado europeu de aço, que enfrenta as importações baratas da China e de outros lugares, demanda para construção reduzida e plantas de legado ineficientes.

"Ninguém conseguirá resolver problemas estruturais na Europa sozinho. Todos sofreremos com o excesso de capacidade e isso significa que todos estão fazendo os mesmos esforços de reestruturação", disse o presidente-executivo da Thyssenkrupp, Heinrich Hiesinger, à emissora n-tv.

As ações da Thyssenkrupp subiram 3,2%, impulsionadas pelas esperanças de que a joint venture também alivie o fardo em seu balanço, que será liberado de 4 bilhões de euros —a maior parte de passivos de pensões.

As ações da Tata Steel subiram 1,7%.

"Isto é um importante catalizador positivos sustentando nossa tese de que a operação central de bens de capital da Thyssenkrupp merece um novo rating significativo", escreveu o analista Seth Rosenfeld em nova, reiterando sua recomendação de compra para a ação.